

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

DEPARTAMENTO DE ECOLOGIA

LUIZ GUILHERME PRENAZZI DE PÁDUA

**AUTONOMIA CAMPONESA GESTADA A PARTIR DA AGROECOLOGIA:  
ESTUDO DE CASO DE UMA FAMÍLIA CAMPONESA DO ASSENTAMENTO PAULO  
FREIRE II, ESTÂNCIA/SERGIPE.**

SÃO CRISTÓVÃO

2018.1

LUIZ GUILHERME PRENAZZI DE PÁDUA

**AUTONOMIA CAMPONESA GESTADA A PARTIR DA AGROECOLOGIA:  
ESTUDO DE CASO DE UMA FAMÍLIA CAMPONESA DO ASSENTAMENTO PAULO  
FREIRE II, ESTÂNCIA/SERGIPE.**

Monografia apresentada ao Departamento de Ecologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) como requisito para obtenção do título de bacharel em Ecologia.

Orientador: Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho

SÃO CRISTÓVÃO

2018.1

## **AGRADECIMENTOS**

Às vezes, por alguma razão, sentimos bloqueios para continuar a realizar determinadas atividades. Foi isso o que aconteceu comigo no processo de conclusão desta monografia. Nesses momentos difíceis, contudo, o que nos permite continuar é o amor, a atenção e o incentivo de quem nos quer bem. Este trabalho só existe graças a vocês! Sou muito grato a todos!

Agradeço ao meu pai, mãe e irmãos (Bruna, Felipe, Vitória e Carla), sempre atentos e compreensivos quanto a essa etapa da minha vida.

Aos meus sobrinhos Luma, Luiz Eduardo, Luca grande, Luizinho, Luigi e Luca pequeno.

Aos meus tios Marcinha, Leleia, Má e Caco que, mesmo de longe, estão sempre tão próximos me apoiando.

Aos camponeses Lídia, Negão, Huigon e Rivelino por toda a paciência, carinho e atenção que demonstram comigo, sempre abrindo a porta de casa e me recebendo com sorrisos. Camponeses que exemplificam os caminhos que podemos seguir para uma sociedade com alimentos mais saudáveis e socialmente justos!

Ao professor Eraldo, que sempre me apontou, com paciência e humildade, os caminhos da escrita e de campo a serem trilhados, e me fez perceber as questões para além das suas aparências.

Aos meus amigos que sempre estiveram comigo nesse processo e tenho certeza que estarão ao meu lado em muitas outras lutas: Cleanderson, David, Drika, Igor, Thiago, Eduardo, Medeiros.

Aos companheiros do LABERUR que sempre me incentivaram a continuar a pesquisa: Jorge, Carla, Mikaela, Reuel, Yule.

Aos amigos do IBGE pelo apoio: Chris, João Carlos, Mário, Marquinhos, Kaio.

À minha companheira Yasmin, quem segurou minhas mãos e mostrou os caminhos mais fáceis para continuar a caminhada deste estudo. Sem ela não teria condições de retomá-lo e, enfim, concluí-lo.

## RESUMO

A agricultura camponesa possui uma forma de produzir fortemente ligada à natureza e à sua temporalidade, ao mesmo tempo em que o mercado capitalista desenvolve mecanismos de subordinação e exploração do campesinato por meio dos mercados de produto, dinheiro e trabalho. Mesmo que o processo de produção do campesinato seja diferenciado, todos os produtos gerados por esse grupo são tomados como uma mercadoria qualquer no momento da comercialização. O presente estudo surge da necessidade de compreender as relações do campesinato com o mercado capitalista e o modo como a agroecologia contribui com a promoção da autonomia camponesa. Foi realizado um estudo de caso de uma família camponesa do Assentamento de Reforma Agrária Paulo Freire II, do município de Estância/Sergipe. A metodologia empregada foi a visita pedagógica, que consiste na ida do pesquisador à unidade de produção familiar guiada pelo camponês, a fim de realizar um levantamento dos cultivos e das ferramentas adotadas na produção agroecológica. Além disso, foi realizada uma entrevista semiestruturada com o camponês que coordena a produção, na qual ficou exposto como se dá a relação da família com a agroecologia e com o sistema capitalista. Constatou-se que a família estudada possui uma grande diversidade de cultivos e ferramentas agroecológicas, que permitem um distanciamento do mercado capitalista. Dessa forma, conclui-se que a agroecologia pode ser uma importante ferramenta na promoção da autonomia relativa do campesinato e na manutenção do modo de vida camponês.

Palavras-chave: Campesinato. Mercado Capitalista. Agroecologia. Autonomia.

## **RESUMEN**

La agricultura campesina posee una forma de producir fuertemente ligada a la naturaleza ya su temporalidad, al mismo tiempo que el mercado capitalista desarrolla mecanismos de subordinación y explotación del campesinado por medio de los mercados de producto, dinero y trabajo. Aunque el proceso de producción del campesinado sea diferenciado, todos los productos generados por ese grupo se toman como una mercancía en el momento de la comercialización. El presente estudio surge de la necesidad de comprender las relaciones del campesinado con el mercado capitalista y el modo como la agroecología contribuye con la promoción de la autonomía campesina. Se realizó un estudio de caso de una familia campesina del Asentamiento de Reforma Agraria Paulo Freire II, del municipio de Estancia / Sergipe. La metodología empleada fue la visita pedagógica, que consiste en la ida del investigador a la unidad de producción familiar guiada por el campesino, a fin de realizar un levantamiento de los cultivos y de las herramientas adoptadas en la producción agroecológica. Además, se realizó una entrevista semiestructurada con el campesino que coordina la producción, en la que quedó expuesto como se da la relación de la familia con la agroecología y con el sistema capitalista. Se constató que la familia estudiada posee una gran diversidad de cultivos y herramientas agroecológicas, que permiten un distanciamiento del mercado capitalista. De esta forma, se concluye que la agroecología puede ser una importante herramienta en la promoción de la autonomía relativa del campesinado y en el mantenimiento del modo de vida campesino.

Palavras-chaves: Campesinado. Mercado Capitalista. Agroecología. Autonomía.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>15</b>
<b>2.1 O agronegócio.....</b>	<b>15</b>
2.1.1. Exploração no mercado de produtos.....	16
2.1.2 Exploração no mercado de dinheiro.....	18
2.1.3 Exploração no mercado de trabalho.....	20
<b>2.2 A autonomia camponesa gestada na agroecologia.....</b>	<b>21</b>
<b>2.3 Definição do campesinato e da unidade de produção familiar.....</b>	<b>25</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>28</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>30</b>
<b>4.1 História de luta do Assentamento Paulo Freire II e da família camponesa foco do estudo.....</b>	<b>31</b>
<b>4.2 “Tem muitos <i>bom</i> aí nos <i>diálogo</i>, mas poucos que <i>faz</i>, e eu vou falando e mostrando”.....</b>	<b>35</b>
4.2.1 Produção agroecológica da família camponesa acompanhada.....	38
4.2.2 Ferramentas agroecológicas utilizadas pela família camponesa.....	55
<b>4.3 Entrevista semiestruturada.....</b>	<b>61</b>
4.3.1 “Agroecologia é entender a natureza”.....	62
4.3.2 “Quem <i>tá</i> aqui, acha que tudo lá [na cidade] é mais fácil”.....	64
4.3.3. “Eu faço minha parte na agroecologia, mas também analiso o outro lado da moeda”.....	65
4.3.4. “A agroecologia é independência”.....	70
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>73</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento da agricultura mundial atual pode ser dividida em três grupos básicos e mutuamente contrastantes (PLOEG, 2008). O primeiro diz respeito à agricultura camponesa, que consiste na produção agrícola voltada para manter a reprodução da unidade agrícola familiar e para atender a determinada demanda do mercado. Esta forma de fazer agricultura tem por objetivo a defesa e melhoramento das condições de vida dos camponeses e apresenta como principais características a centralidade no trabalho familiar e a pluriatividade, que consiste na característica do campesinato de exercer atividades de trabalho fora da suas terras com o objetivo de aumentar a renda familiar.

O segundo grupo, denominado de agricultura empresarial, consolidou-se a partir da década de 60 como uma nova tendência. Mesmo tendo permanecido adormecido durante um período no interior do modo de produção camponês, o modo de produzir empresarial teve condições de se materializar e se desenvolver como resultado do projeto de modernização intensivo da agricultura iniciado nas décadas de 60 e 70, o qual incorporou novas condições para se fazer a agricultura em praticamente todo o mundo, ainda que com diferentes ritmos e consistências (PLOEG, 2006). A sua expansão é basicamente realizada por meio do aumento em escala da produção, que é completamente voltada à lógica do mercado, e caracteriza-se pela industrialização parcial dos processos de trabalho. Este grupo de produtores apresenta como forte característica uma ativa dependência do mercado, pois se baseia no capital financeiro e industrial, através do uso de crédito, insumos industriais e tecnologias.

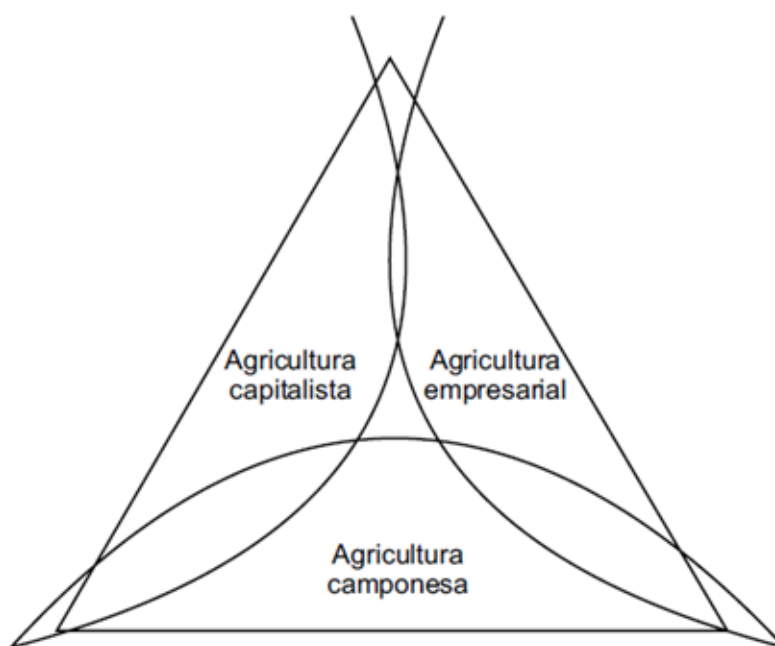
Estas duas primeiras formas de agricultura – camponesa e empresarial – apresentam diferenças centrais. A agricultura camponesa busca, na maioria das vezes, distanciar suas práticas agrícolas da lógica de produção do mercado, apresentada pela agricultura empresarial. Além disso, a agricultura camponesa é fortemente ligada à natureza viva, enquanto a empresarial distancia-se progressivamente da natureza, o que significa que os recursos naturais dão lugar aos insumos e outros processos artificiais, demonstrando que a industrialização é uma questão central para o grupo empresarial (PLOEG, 2009).

O terceiro grupo da agricultura mundial atual, ainda de acordo com Ploeg (2008), trata-se da agricultura capitalista ou corporativa de grande escala, atualmente desenvolvida sob o modelo agroexportador, que caracteriza-se por englobar uma vasta rede de empresas agrícolas de grande mobilidade mundial. Nesta forma de fazer agricultura a produção tem como função e objetivo a maximização dos lucros, e sua principal característica é o uso essencialmente da

mão de obra assalariada. Este grupo tem a capacidade de condicionar à sua lógica de produção cada vez mais segmentos fundamentais de mercados agrícolas e alimentares mundiais.

Trata-se de uma definição das diferentes formas de agricultura que ultrapassa o dualismo agricultura camponesa e agricultura capitalista, pois considera os movimentos de mistura e contradição entre os grupos. Nos três grupos apresentados por Ploeg (2008) não existem linhas de separação definidas (Figura 1), pois ocorrem sobreposições e ambiguidades consideráveis entre os limites e pontos de contato, ultrapassados devido aos movimentos complexos entre as agriculturas, como por exemplo, passar da agricultura camponesa para a agricultura empresarial, ou vice-versa.

Figura 1 – Diferentes tipos de agriculturas



FONTE: Adaptado de PLOEG (2006).

Há uma ideia generalizada de que a diferença entre estes grupos está localizada na escala em que ocorrem. Ou seja, a agricultura camponesa se daria em uma unidade de produção pequena e a agricultura capitalista em uma unidade de produção grande, enquanto que a unidade de produção da agricultura empresarial estaria entre os dois outros grupos. No entanto, a diferença entre estes três grupos não se limita ao tamanho da produção, mas também está relacionada à forma de organizar o social e o material, bem como nas relações de produção (PLOEG, 2008).

Ploeg (2008) ainda afirma que a forma como os três grupos agrários e a sociedade em geral se interligam se estrutura de formas distintas, sendo possível ressaltar dois modelos dominantes: o de circuitos curtos e descentralizados, no qual ocorre a ligação entre a produção



e o consumo de alimentos numa escala regional; e o modelo fortemente centralizado, denominado pelo autor de Império, constituído por grandes empresas multinacionais de processamento e comercialização de alimentos.

O Império é compreendido como uma forma de ordenamento que tende a se tornar dominante sobre as demais agriculturas, e pode ser visto como uma variedade de grupos de interesse: a agricultura capitalista, grandes varejistas, multinacionais, setor industrial, etc. O Império constrói uma rede de ligações e de estruturas que permitem a sua organização e desenvolvimento num formato expansivo, bem como cria desconexões profundas. Um exemplo dessa desconexão é a cadeia produtiva – produção, processamento e comercialização – dos alimentos, cuja relação entre si é cada vez menor, tanto no espaço quanto no tempo.

Consequentemente, a produção agrícola torna-se desconectada das especificidades dos ecossistemas locais e das sociedades regionais. Segundo Martins (1981), “a tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no campo e na cidade, na agricultura e na indústria” (p. 152). Nesse sentido, o Império consiste na interligação fortemente centralizada da cadeia produtiva, que tende a se tornar dominante em relação aos mercados de circuito curtos.

Nesse cenário, os três grupos da agricultura mundial se relacionam, cada um em certa medida, com ambos modelos dominantes supracitados. A agricultura capitalista e a agricultura empresarial se relacionam de uma forma mais interligada com o modelo centralizado do que a agricultura camponesa, uma vez que esta última não se conecta de forma direta ao Império, ocorrendo um controle indireto dos camponeses por parte do capital (PLOEG, 2008).

A relação entre a agricultura camponesa e o mercado capitalista será sempre desigual (BARTRA, 2015). Isso ocorre devido à agricultura camponesa e o mercado capitalista conceberem de formas opostas o que é produzido pelo camponês. O primeiro produz e comercializa a sua mercadoria com o objetivo de possibilitar a continuidade da existência da sua família e da sua unidade de produção, através da compra de equipamentos e produtos relacionados ao cultivo, além de alimentos e itens não confeccionados na unidade de trabalho familiar para atender as necessidades de autoconsumo da família. Dessa maneira, para o camponês, a importância dos produtos frutos do seu trabalho, reside no seu valor de uso. Em contrapartida, este mesmo produto, ao ser comercializado no mercado, é tomado como outro qualquer. Ou seja, a função e objetivo final da compra da produção camponesa passa a ser a geração de riqueza, convertida em mais dinheiro ao Império. Consequentemente, a importância que o mercado dá a este produto camponês reside no seu valor de troca (BARTRA, 2015).

Além da relação de troca do camponês com o mercado sempre ocorrer de forma desigual, Bartra (2015) elenca três vias em que o campesinato é explorado pelo Império: mercado de produtos, mercado de dinheiro e mercado de trabalho. No mercado de produtos, o valor das mercadorias camponesas é fixado no custo de produção, situação contrária à das mercadorias da indústria, que são fixadas pelo preço de produção. Portanto, a exploração do campesinato no mercado de produtos reside no valor expropriado pelo Império, que seria a diferença entre o preço e o custo de produção da mercadoria (BARTRA, 2015). A exploração no mercado de dinheiro ocorre no momento em que o campesinato, precisando suprir alguma demanda produtiva ou familiar, acessa ao crédito disponibilizado pelo bancos, ficando sujeito ao juros bancários, que retiram do campesinato o dinheiro resultante da venda de suas mercadorias. Portanto, os juros se conformam como uma via de exploração do campesinato. No que diz respeito ao mercado de trabalho, uma vez que o campesinato produz parte do que é necessário para a sua manutenção, o pagamento da sua força de trabalho não é baseado no valor mínimo necessário para a sua reprodução social, enquanto o salário do operário leva em conta o valor mínimo necessário para reposição da sua força de trabalho. Dessa forma, o campesinato é explorado ao ter a remuneração da sua força de trabalho abaixo do que seria o mínimo para a sua sobrevivência (BARTRA, 2015).

Neste cenário de exploração do campesinato e de relações desiguais entre a agricultura camponesa e os mercados capitalistas a resistência camponesa emerge como sendo uma forma de construção da autonomia frente ao Império. Esta autonomia pode ser compreendida, segundo consta na definição conceitual do dicionário Larousse, como a “faculdade de se governar por vontade própria” (MINIAURÉLIO, 2000, p.77).

Segundo Senhorinha (2006), a autonomia camponesa é construída enquanto uma luta dos movimentos sociais, manifestando-se de várias formas, ainda que de modo incipiente. A autora sugere quatro formas em que se evidencia esse processo de luta pela autonomia:

I) com a capacidade do campesinato se tornar sujeito social de identidade própria, construindo disputas políticas por meio das suas organizações;

II) através da compreensão do campesinato de que não é a natureza ou vontade divina que origina as suas dificuldades, mas sim o sistema capitalista em escala local e global;

III) no ato do campesinato superar a aversão de transpor o seu próprio mundo, desenvolvendo a compreensão e o respeito à sua diversidade e, dessa maneira, construindo a unidade camponesa;

IV) e, por fim, tendo a compreensão de que se as formas de exploração do campesinato estão organizadas de modo global, assim também devem estar organizadas as lutas e as articulações de resistência do campesinato perante este mecanismo de exploração.

A abordagem da autonomia camponesa, no entanto, deve ser realizada com a ressalva de que esta não significa o rompimento ou a quebra das relações com o mercado ou instituições públicas, nem significa o fim da relação de exploração nos mais variados setores da produção nos quais o campesinato está inserido, como no mercado de troca, mercado de trabalho e mercado de crédito (SENHORINHA, 2006). Esta autonomia, por vezes, pode parecer ampla e visível, contudo, ela ocorre essencialmente de formas veladas e ao mesmo tempo capazes de escapar à subjugação criada pelo Império. Segundo Ploeg (2008), em qualquer uma das formas que a autonomia apareça, a “(re)avaliação de circuitos curtos e descentralizados que conectam produtores e consumidores independentes do Império tem um papel decisivo” (p. 26).

É precisamente nesta relação entre os circuitos curtos e descentralizados que conectam os camponeses e os consumidores que consiste a agroecologia. Pode-se entendê-la como uma maneira de se aplicar os conceitos e princípios ecológicos ao manejo e cultivo da terra de modo sustentável, com o objetivo de melhorar a qualidade do solo para se obter plantas fortes e saudáveis, e ao mesmo tempo enfraquecer os organismos maléficos ao desenvolvimento dos vegetais, como plantas invasoras e insetos (ALTIERI, 2012). No plano político, a agroecologia emerge como um modo de resistência aos mecanismos desenvolvidos pela agricultura capitalista, além de ser uma forma de promover a soberania alimentar dos povos tradicionais, tais como os camponeses.

A agroecologia tem emergido entre os movimentos sociais do campo como alternativa às imposições do Império através dos mercados de produtos, dinheiro e trabalho, sendo uma forma de resistência e de preservação do modo de vida camponês. Esta ciência multidisciplinar envolve uma rede de sujeitos envolvidos na questão agrária, promovendo a articulação entre os camponeses, as universidades, centros de pesquisas, movimentos sociais, Organização Não Governamental (ONG) e organismos internacionais. Tal articulação pode ser o caminho para se modificar, em alguma medida, a realidade da agricultura.

Um exemplo desse processo de articulação agroecológica é o método Camponês a Camponês, sistematizado no livro *Revolução agroecológica: o movimento de camponês a camponês na ANAP em Cuba* (SOSA; JAIME; LOZANO; ROSSET, 2012). Esse método tem a sua origem na comunidade Maya Kaqchikeles de Chimaltenango na Guatemala, na América Central, sendo posteriormente difundido para outros diversos países da América Latina, como

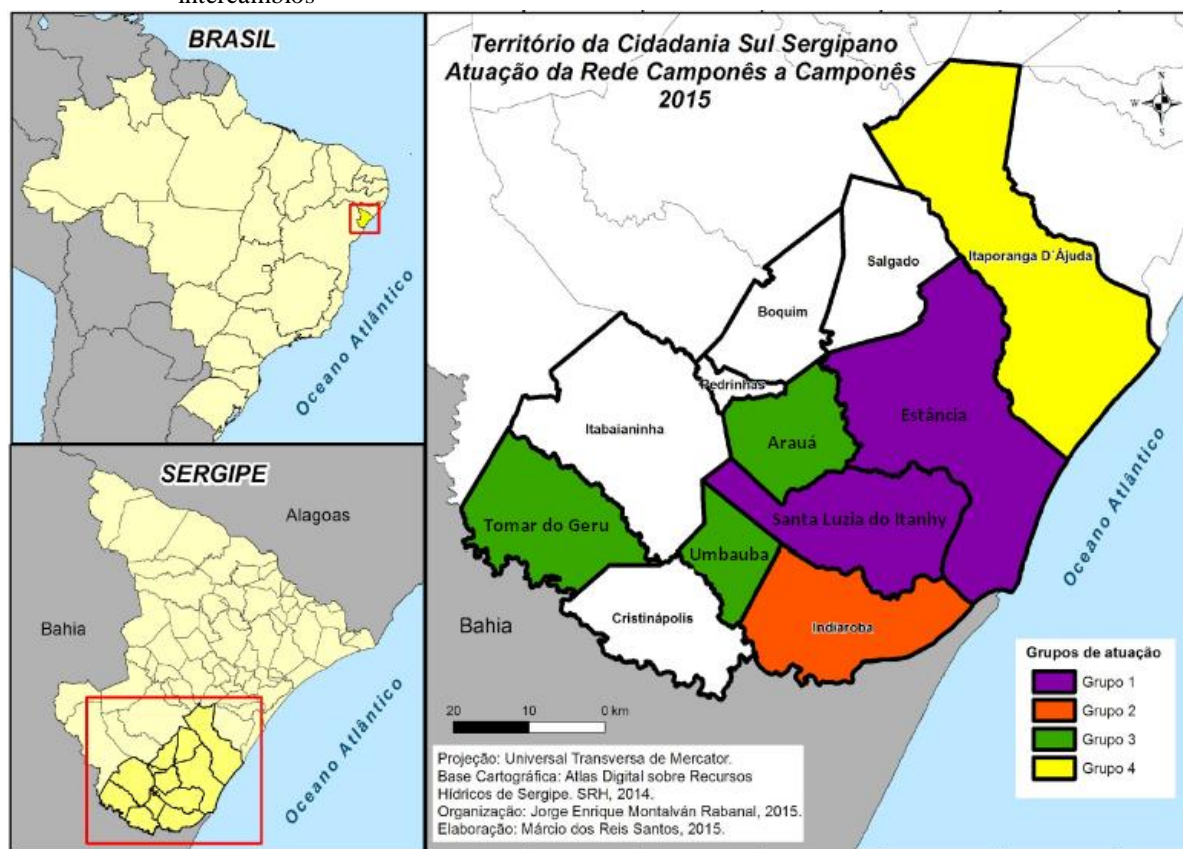
México, Honduras, Nicarágua, El Salvador, Cuba, tendo este último como a maior referência de êxito da implantação do método.

O Camponês a Camponês apresenta como fundamento a horizontalidade do conhecimento. Desse modo, o protagonista do processo de troca de conhecimentos é o camponês, e não o técnico especialista na agricultura, como normalmente ocorre nos métodos convencionais. O conhecimento é construído de forma empírica pelos agricultores e transmitida entre eles, de uma maneira a proporcionar o desenvolvimento de técnicas de produção sustentáveis da comunidade de camponeses de uma determinada região, ou até mesmo de um país (SOSA et. al, 2012).

Em Sergipe, o método Camponês a Camponês surgiu em 2012 através do projeto “Construção do Conhecimento Agroecológico em Territórios de Identidade Rural por meio de intercâmbios em Redes Sociais” (CCAT), que apoiou o fortalecimento de três redes de agricultores no Território Sul Sergipano. Foi inicialmente desenvolvido pelo grupo de pesquisadores agroecológicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e, posteriormente, também passaram a construir institucionalmente esse projeto a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e o Instituto Nacional de Reforma Agrária e Colonização (INCRA), sendo o projeto então denominado de “Rede de agroecologia Camponês a Camponês”. O projeto inicial foi concluído em 2015 e posteriormente foi aprovado um segundo, entre 2015 e 2018, em que se propôs potencializar a construção do conhecimento agroecológico do primeiro projeto por meio dos intercâmbios através da metodologia Camponês a Camponês (SIQUEIRA, 2014).

O surgimento e o processo de organização da Rede Camponês a Camponês no estado de Sergipe foi sistematizada por Rabanal (2015) em sua dissertação “Campesinato, território e assentamentos de reforma agrária: tecendo redes de conhecimento agroecológico”. Segundo o autor, a Rede Camponês a Camponês abrange os municípios do Território Sul Sergipano, estando inicialmente presente nos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhy, e, posteriormente, se expandindo para os municípios de Indiaroba, Itaporanga D`Ajuda e Arauá. Atualmente, compõem a rede um total de 20 comunidades, com 122 famílias. Todos os municípios integrantes estão divididos em quatro grupos de intercâmbios: I) grupo de Estância, composto pelos municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhy; II) grupo do município de Indiaroba; III) grupo de Arauá, que reúne os municípios de Arauá, Umbaúba e Tomar do Geru e IV) grupo do município de Itaporanga d`Ajuda (Figura 1). O assentamento Paulo Freire II, local onde a família camponesa foco deste estudo é assentada, participa da Rede Camponês a Camponês e está inserida no grupo de intercâmbio de Estância.

Mapa 1 – Atuação da Rede Camponês a Camponês no território sul sergipano através dos grupos de intercâmbios



FONTE: Adaptada de RABANAL (2015).

A construção da rede agroecológica Camponês a Camponês contribui, assim, para a construção da plataforma da soberania alimentar no Território Sul Sergipano e no estado de Sergipe, como também nos processos de resistência frente às imposições do capital e na autonomia das famílias participantes da rede agroecológica (RABANAL, 2015).

Nesse sentido, as práticas agroecológicas realizadas pelo campesinato tem se mostrado uma possibilidade de diminuição das relações de dependência e subordinação aos mercados nos quais os camponeses são explorados (mercado de produtos, mercado de dinheiro e mercado de trabalho). No estado de Sergipe, como exposto, tem sido fomentado grupos de intercâmbio com o objetivo de sistematizar e divulgar, entre os camponeses, caminhos para a produção na unidade familiar que reduza a ligação com o Império, crie mecanismos de resistência frente aos mercados de exploração e promova a autonomia. Portanto, a agroecologia tem demonstrado um papel fundamental para o campesinato no sentido de permitir a reprodução do seu modo de vida. Contudo, é preciso analisar o campesinato a partir das suas estruturas internas de produção e relação com o Império, para então compreender a forma como a agroecologia contribui com a autonomia do campesinato.

Este trabalho tem como objetivo geral compreender como a agroecologia contribui à família camponesa foco do estudo, residente no assentamento Paulo Freire II, localizado no município de Estância/SE, lutar por sua autonomia. Os objetivos específicos consistem em:

- 1) realizar o levantamento e tabulação dos cultivos na unidade de produção familiar;
- 2) demonstrar as ferramentas agroecológicas utilizadas pela família camponesa acompanhada;
- 3) descrever as relações da família camponesa com a agroecologia e com o mercado de trocas, de dinheiro e de trabalho.

Debruço-me sobre tal tema neste trabalho de conclusão de curso, pois os estudos da questão agrária e da agroecologia sempre estiveram presentes em minha formação acadêmica, assim como em minha militância política. O trabalho foi realizado como uma forma de encerrar um ciclo acadêmico que caminhou junto aos movimentos sociais da luta pela terra, movimentos agroecológicos e movimentos ambientais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Projeto Camponês a Camponês (CaC).

Ao longo da minha caminhada na graduação, passei por vários laboratórios do Departamento de Ecologia, participei de projetos de pesquisa sobre temas variados, como diversidade da macrofauna bentônica, propagação de orquídeas, taxonomia vegetal, entre outros. No entanto, um elemento, a meu ver, fundamental a qualquer estudo acadêmico, permanecia ausente: o ser humano. Por meio da participação nos espaços organizativos estudantis tive contato com a militância dos movimentos sociais do campo e fui sendo despertado para a completa ligação entre o ser humano e natureza, entre a sustentabilidade e as formas de produzir ecologicamente.

Com a oportunidade de desenvolver o Projeto de Iniciação à Pesquisa "Agroecologia, redes sociais e soberania alimentar: análise dos impactos socioterritoriais" sob a orientação do Prof. Eraldo da Silva Ramos Filho, despertei para as relações de troca desiguais entre o campesinato e o mercado. Essa trajetória me permitiu ter relativa proximidade com a realidade existente no campo, onde formas de lutas e de resistências são forjadas pelo campesinato. Escrevo como consequência dessa trajetória, pois é intrínseco a esse estudo o engajamento político e militante nas lutas travadas pelo sujeito oprimido, o camponês, contra o sistema econômico que o tenta subjugar, o capitalismo.

Tomo como relevante ressaltar as motivações do meu estudo, pois este exige um entendimento e participação para além da leitura das teorias. Exige que o estudante transcenda os muros da universidade e entenda a realidade das relações humanas no campo de uma forma

macro, no mundo, e também de uma forma micro, em Sergipe, baseando-se nas várias realidades existentes, para a partir daí tomar uma teoria acadêmica como a mais coerente e concreta.

O trabalho está dividido em quatro partes: Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Resultados e Discussões e Conclusão. Na Introdução estão expostos os temas centrais do trabalho. No Referencial Teórico é explicitada a compreensão do que seria o camponês, quais são as relações peculiares de exploração que este sujeito tem com o mercado de troca, e é apresentada a agroecologia como uma forma de promover a autonomia camponesa. Também é descrita a história de luta do Assentamento Paulo Freire II e da família acompanhada. Na Metodologia, se demonstra de qual maneira a pesquisa foi desenvolvida para se alcançar os objetivos propostos. Na seção Resultados e Discussões, é descrita a unidade de produção da família acompanhada e suas práticas agroecológicas, para então discuti-la em conjunto com as palavras do camponês, através da entrevista. Por fim, a Conclusão, em que constato que as ferramentas proporcionadas pela agroecologia possibilitam uma relativa autonomia da família camponesa.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O agronegócio**

A forma como está organizada a agricultura capitalista tem dois claros objetivos a serem atendidos: a intensificação da produção e o aumento do lucro (GLISSMAN, 2001). Numa busca implacável para alcançar esses objetivos, o agronegócio desenvolveu uma gama de práticas de cultivo que desconsideram os impactos de longo prazo no meio ambiente. Gliessman (2001) enumera seis práticas básicas que a agricultura convencional adotou e que compõe a base central na qual se organiza: cultivo intensivo dos solos, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químicos de pragas e manipulação genética de plantas cultivadas. Estas práticas são desenvolvidas em conjunto, através de um sistema de produção onde cada uma delas age individualmente, e no entanto, dependem das demais para serem efetivadas.

Um exemplo explícito dessa dependência entre as práticas adotadas pela agricultura do agronegócio se encontra no cultivo de plantas manipuladas geneticamente, ou seja, na utilização dos organismos geneticamente modificados (OGM) ou transgênicos. Os transgênicos são sementes criadas em laboratórios através da alteração de suas características genéticas, o que pode ser feito por meio do cruzamento de sementes ou da recombinação de genes oriundos de outros organismos (GLISSMAN, 2001).

As sementes transgênicas compõem um pacote tecnológico criado e propagandeado pelas grandes multinacionais da agricultura, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, como sendo a solução para a produção de alimentos em larga escala objetivando atender a crescente demanda por comida no mundo. Este pacote incluía justamente aquelas práticas elaboradas para que o agricultor camponês abandonasse suas práticas tradicionais de cultivo e adotasse a lógica de produção da agricultura capitalista. Este processo de expansão do agronegócio pelo mundo foi denominado como Revolução Verde (CARNEIRO; AUGUSTO; RIGOTTO; FRIEDRICH; BÚRIGO, 2015).

O processo de expansão do agronegócio constituiu-se também na modelagem e organização da agricultura no sentido de suprimir a autonomia produtiva do campesinato, criando, para isso, um ambiente de produção de alimentos centralizador (PLOEG, 2008). Este ambiente é criado através de um processo intenso de industrialização da agricultura, conduzido principalmente pela agricultura capitalista e pelo Império. Essa industrialização tem como uma de suas características a “desconexão entre a produção e o consumo de alimentos e as



particularidades (e limites) do tempo e do espaço. Os espaços de produção e consumo deixam de ter importância, assim como as inter-relação entre eles” (PLOEG, 2008, p. 22).

Outra característica da industrialização na agricultura é a desintegração da produção de alimentos, o que impacta diretamente no modo de produzir dos camponeses. A unidade de produção familiar, que possui suas características produtivas particulares, foi dividida e (re)organizada, devido ao processo de industrialização e consequente centralização, de uma maneira que as atividades isoladas se conectam através de complexas divisões de trabalho, espaço e tempo e são controladas de forma centralizada pelo Império (PLOEG, 2008). Ou seja, “os alimentos não são mais produzidos e processados – eles são projetados. As linhas que anteriormente ligavam o campo, os grãos e o macarrão, bem como as hortas, o tomate e o molho de tomate que acompanham o macarrão, estão sendo quebradas” (PLOEG, 2008, p. 22).

Uma outra característica da industrialização da agricultura, que interfere fortemente na autonomia do campesinato, é o controle direto e crescente do Império sobre a produção e o consumo de alimentos. Nesta situação, o modo de produzir do Império se torna o modo de ordenamento dominante para a estruturação da produção agrícola, do processamento e do consumo de alimentos. Isto implica, consequentemente, na centralização da agricultura mundial. Esta centralização e industrialização são expressas e impulsionadas por uma agenda bem definida, composta pela globalização, liberalização, distribuição de organismos transgênicos de pleno direito e propagação da ideia de que a sociedade mundial nunca teve alimentos mais seguros à sua disposição do que estes (PLOEG, 2008).

É nesta agenda bem definida do Império que os movimentos sociais do campo, como a Via Campesina, mundialmente, e o MST e MPA, numa escala de Brasil e Sergipe, lutam pela autonomia do modo de vida e de produção do campesinato, e assim organizam suas bandeiras de luta pautadas na plataforma da Soberania Alimentar e na negação das condições impostas pela agenda do Império.

No entanto, a dominação e exploração do campesinato pelo Império não se limita à imposição do modo de produzir capitalista, existindo múltiplas origens. Segundo Bartra (2015), essa exploração se dá no processo da venda da produção camponesa, momento em que o Império absorve o valor excedente do trabalho camponês. Contudo, para entender a exploração do campesinato de uma maneira mais ampla, é preciso fazer uma análise sobre os mecanismos de transferência de valor ao Império, que operam nos três tipos de mercados aos quais a classe camponesa é sujeita: o de produtos, o de dinheiro e o de trabalho.

#### 2.1.1. Exploração no mercado de produtos

O campesinato é explorado tanto vendendo os seus produtos ao Império, quanto comprando as mercadorias disponibilizadas no mercado pelo Império (BARTRA, 2015). Na primeira situação, o camponês, ao assumir o papel de vendedor da sua produção agrícola e entrar na circulação capitalista, tem a sua mercadoria tomada como qualquer outra do mercado. Sendo assim, independente do seu processo produtivo, o preço do produto passa a ser regulado como as demais mercadorias da circulação capitalista: através do preço de produção.

O preço de produção consiste na soma da utilização dos meios de produção, força de trabalho utilizada e lucro médio do capital. No mercado capitalista, o valor de todas as mercadorias gira em torno dessas variáveis, pois todos os produtos são tidos como homogêneos a respeito do seu processo de produção, sendo as mercadorias tomadas como qualquer outro produto do sistema de produção capitalista (BARTRA, 2015).

No entanto, na comercialização do produto camponês, o regulador dos preços de venda que se impõe não é o preço de produção, e sim o custo de produção, o qual é determinado pelo valor mínimo necessário para a reposição dos meios de produção e a força de trabalho despendidos, ou seja, a soma dos custos de produção somado ao consumo vital (BARTRA, 2015). Em outras palavras, o custo de produção consiste no valor mínimo necessário para a reprodução social da família camponesa, pois abaixo desse valor mínimo, não seria viável a sobrevivência da sua unidade de produção familiar.

Enquanto as mercadorias de origem capitalista, a exemplo das oriundas das indústrias, são fixadas pelo preço de produção, o valor das mercadorias de origem camponesa é fixado pelo custo de produção. Consequentemente, no momento da circulação da produção camponesa, o capital tem à sua disposição um valor que seria a diferença entre o custo de produção e o preço da produção (BARTRA, 2015).

Nesta relação, o Império se apropria da massa total de lucros gerados pelos produtos camponeses, e o faz sem deter o controle sobre os meios de produção da unidade agrícola camponesa. O camponês transfere um volume de força de trabalho excedente através da venda dos seus produtos, sem ser necessário receber um salário e se proletarizar. É nesta relação de comercialização que se dá a exploração do camponês no mercado de produtos, pois existe a transferência-exploração de excedentes por parte do camponês ao capital. Esta exploração não é medida em valor, pois o trabalho camponês não foi transformado em mercadoria, nem o capitalista interferiu no processo de produção. Dessa forma, aparentemente a exploração não é oriunda do trabalho, contudo, ela se concretiza nas mercadorias produzidas pela família

camponesa, as quais são transformadas em valor durante a circulação no mercado (BARTRA, 2015).

No processo explicitado acima, o camponês está como vendedor da sua produção agropecuária, enquanto o Império está como comprador. O contrário ocorre na segunda situação de exploração no mercado de produtos, quando o camponês está como comprador dos meios de produção, vendidos pelo Império. Os meios de produção utilizados e os serviços contratados numa unidade agrícola familiar – compra de fertilizantes, sementes, inseticidas, aluguel de maquinários agrícolas, transporte da mercadoria, processos de beneficiamento de seus produtos, entre outros – não são determinados pela busca do aumento do retorno financeiro, pois o principal determinante para a aquisição das ferramentas de trabalho é a reprodução da sua unidade de produção camponesa. Sendo assim, o camponês pode escolher um determinado meio de produção que, tendo sido descontado o preço da aquisição, não lhe reste mais que um pequeno saldo. Contudo, esta aquisição deve proporcionar um melhor emprego da força de trabalho, qualidade do trabalho e condições de vida da família. Esta aquisição se constitui como outra forma de transferência-exploração do camponês, uma vez que no momento da compra, o valor excedente do trabalho camponês, o qual não está transformado em mercadoria, mas, sim em dinheiro, é transferido para o Império (BARTRA, 2015).

As relações no mercado de produtos com o Império podem ocorrer no sentido tanto do camponês assumindo um papel de vendedor de mercadorias – aos atravessadores, centros de comercialização de alimentos, redes de supermercado, indústrias de processamento de alimentos, feiras livres – como do camponês assumindo um papel de comprador de mercadorias oferecidas pelo Império, principalmente nas lojas agropecuárias, onde estão disponíveis as sementes transgênicas, agrotóxicos, maquinários agrícolas, ferramentas, etc. Em ambas as situações, como já exposto, no momento da relação de troca o campesinato é explorado pelo mercado. No entanto, a exploração não se limita à estas duas situações, também ocorrendo no momento em que o campesinato necessita de dinheiro para comprar mercadorias e dar continuidade à sua produção na terra.

### 2.1.2 Exploração no mercado de dinheiro

O campesinato não apenas se relaciona com o Império através da compra e a venda de produtos, como também necessita frequentemente obter dinheiro adiantado para que possa ser possível manter a reprodução da família camponesa. Neste intuito, recorre ao uso do dinheiro emprestado pelas corporações bancárias e, conseqüentemente, do seus juros. Isto ocorre em

grande parte devido à relação de troca desigual no mercado de produtos explicitada anteriormente, na qual parte do excedente do trabalho camponês é transferida ao Império, não permitindo, assim, o acúmulo de recursos pela família camponesa para a sua manutenção permanente (BARTRA, 2015).

O campesinato está inserido na lógica mercantil, e por isso, como em qualquer outro processo mercantil, precisa vender para poder comprar. Contudo, ele só terá condição de comprar ao passo que possua algo para vender. É evidente que nem sempre existe a coincidência temporal entre a venda e a compra de produtos – o que se agrava na produção do campesinato, pois sua forma de produzir é altamente dependente dos ciclos naturais, os quais são irregulares e oscilam ao longo do ano (BARTRA, 2015), enquanto as necessidades vitais são contínuas.

Como consequência dessa situação, quanto maior a dependência no mercado de produtos, maior será a dependência no mercado de crédito, pois a incerteza sobre a obtenção dos recursos necessários para a reprodução social da unidade camponesa constantemente paira sobre a família. Por esta razão, a obtenção do empréstimo permanece válida para o camponês mesmo com a existência dos juros (BARTRA, 2015).

No caso da utilização do empréstimo para a compra de meios de produção, pode ser viável ainda que gere a diminuição do seu investimento em outros setores da unidade de produção familiar, ou mesmo em situações em que a utilização do crédito implique em obtenção de dívidas. Esta dívida somente é viável para o camponês se os meios de produção comprados permitirem a continuidade da produção agrícola e, através desta, seja possível suprir uma necessidade importante da unidade de produção. No caso de adquirir o crédito para suprir uma necessidade de meio de vida, como alimento, remédios, o camponês poderá sacrificar o potencial excedente de recursos futuros e até mesmo o seu investimento nos meios de produção, pois se trata de uma questão de sobrevivência da família (BARTRA, 2015).

Em todas essas situações, ao adquirir o crédito do mercado capitalista, o objetivo maior do camponês é a manutenção da sua unidade de produção familiar. A exploração resultante da troca desigual dos produtos do camponês faz com que ele dependa do sistema de créditos, que por sua vez, também consiste em outra forma de exploração. No ponto de vista do camponês, os juros oriundos do crédito contraído são também uma forma transferência-exploração que se consoma no momento de quitar a dívida, pois estes juros são pagos pelo camponês através do seu trabalho excedente (BARTRA, 2015).

Em determinadas situações, mesmo que seja utilizado o crédito bancário, apenas isso não é o suficiente para a continuidade da reprodução da família camponesa. Outra forma que possibilita a reprodução da família camponesa e ao mesmo tempo a sua exploração é a venda

da sua força de trabalho ao Império. Portanto, a exploração do campesinato ainda pode ocorrer em uma terceira via: no mercado de trabalho.

### 2.1.3 Exploração no mercado de trabalho

O campesinato se relaciona com o Império através da venda de seus produtos, compra dos meios de produção, no uso do crédito, e também através da venda da sua força de trabalho. Ele possui o principal meio de produção, a terra, e tem como elemento principal e organizador o trabalho familiar (BARTRA, 2015). O campesinato trabalha para si na terra, portanto, o trabalho que coloca à disposição do mercado não é a totalidade da sua força de trabalho, e sim uma parte dela existente na unidade familiar. Esta parte não pode ser utilizada nos meios de produção da unidade agrícola familiar, tanto porque estes meios de produção são insuficientes para atender à força de trabalho – como por exemplo o tamanho reduzido da terra agricultável – quanto porque o valor da força de trabalho obtida após o investimento nos meios de produção próprios pode ser inferior à que poderá receber vendendo a força de trabalho em troca de remuneração. Sendo assim, o camponês somente se sujeitará à venda da força de trabalho caso a sua produção seja insuficiente para a manutenção equilibrada da unidade de produção da família (BARTRA, 2015).

Nessas situações em que o campesinato se sujeita à venda parcial da sua força de trabalho, o salário pago à essa classe muitas vezes foge da lógica aplicada ao operário assalariado, pois, uma vez que o camponês é produtor de parte dos recursos necessários para a sua reprodução social, o capitalista não precisa pagar um valor que atenda às condições mínimas para a sua sobrevivência e reprodução do campesinato. Essa característica do trabalho assalariado camponês cria consequências desvantajosas à sua própria classe: ao contrário do que ocorre com operário assalariado, o campesinato é explorado sem receber o salário necessário para o custo de reposição da sua força de trabalho gasta, visto que possui outras rendas oriundas do seu trabalho em terras próprias (BARTRA, 2015). O campesinato muitas vezes enxerga essa relação de trabalho como positiva, pois permite a manutenção do seu modo de vida e a possibilidade de equilíbrio na unidade camponesa, ainda que ele seja explorado na forma de força de trabalho a ser paga por um preço abaixo do valor mínimo que permitiria a sua reprodução social (BARTRA, 2015).

Como exposto, a exploração do campesinato se apresenta através de uma emaranhado de situações e condições impostas pelo Império, devido à organização dos mercados de exploração (produto, dinheiro e trabalho). O campesinato, para escapar desses processos de exploração,

precisa criar caminhos de resistência por onde seja possível construir a sua autonomia. Uma alternativa que tem contribuído nesse processo é o modo de produzir da agroecologia, em que as relações com o mercado capitalista são reduzidas e, conseqüentemente, a exploração também.

## **2.2 A autonomia camponesa gestada na agroecologia**

Para a compreensão do que seria a luta do campesinato por autonomia é necessário, anteriormente, o entendimento do que seria a condição camponesa. A condição camponesa pode ser compreendida, segundo Ploeg (2009), como a “luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação” (p. 18). As vias e os mecanismos dessa dependência podem variar de acordo com o nível de desenvolvimento do país (agricultura dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento), assim como o nível de privação, marginalização e insegurança do campesinato. No entanto, em qualquer uma das situações os camponeses estarão sujeitos a um ambiente hostil para a reprodução da sua família (PLOEG, 2009). Esta descrição da condição camponesa se refere a uma circunstância de dependência e privação como resultado de relações de trocas desiguais e decadentes (PLOEG, 2008), exploração já definida por Bartra (2015).

A luta camponesa por autonomia busca a criação de uma base de recursos, a qual consiste tanto em recursos sociais (conhecimento, força de trabalho, redes de agricultores, etc) quanto em recursos naturais (canais de irrigação, esterco, cultivos, gado, etc). Nesta base de recursos, a terra constitui-se como um ponto central no sentido material e simbólico, pois é ela que oferece as condições para se alcançar um determinado nível de independência em relação ao mercado. Esta é a razão da centralidade da terra para o campesinato e para a organização de muitas lutas camponesas, no passado e no presente (PLOEG, 2009).

A base de recursos gerida pelo campesinato proporciona diferentes formas de relação de produção do ser humano com a natureza, ou seja, diferentes formas de coprodução. A coprodução, processo de produção agrícola do campesinato, é organizada para atender aos interesses e expectativas da família camponesa. É nesse aspecto também que o campesinato se relaciona com o mercado: uma parte é vendida, a outra é utilizada para a reprodução da unidade de produção e da família. Além disso, a coprodução visa a retroalimentação e fortalecimento da base de recurso, melhorando assim, o próprio processo de coprodução. Conseqüentemente,

ao alimentar a base de recursos e retroalimentar a coprodução, todo este processo contribui para o fortalecimento da autonomia camponesa (PLOEG, 2009).

A autonomia reside nas manifestações de resistência frente aos mecanismos criados pelo Império, no sentido de diminuir a dependência do campesinato aos mercados centralizados. Reside, portanto, na intervenção direta do campesinato nos processos produtivos e de trabalho, com o objetivo de alterar os processos de dependência. É justamente com o objetivo de promover a resistência e a construção de uma outra realidade na agricultura que a agroecologia é adotada pelo campesinato.

Essa resistência pode ser vista a partir de uma grande variedade de práticas heterogêneas e conectadas realizadas pelo campesinato, que podem ser compreendidas como uma expressão, ou até mesmo materialização da resistência camponesa. A resistência está “nos campos, na forma como o bom adubo é preparado, as vacas nobres são cruzadas, as propriedades bonitas são construídas” (PLOEG, 2009, p. 27). Estas práticas camponesas são a maneira pela qual a resistência evidencia-se e é organizada. Outra forma de resistência do campesinato são as ocupações e conquistas de terras improdutivas, ou que seriam destinadas aos monocultivo agroexportador.

Neste sentido, a resistência diz respeito às formas de rebelião e insurgência contra as imposições do Império, o qual cria mecanismos de dependência. Se individualizadas, essas formas de resistências podem parecer inofensivas e inócuas. Contudo, ao serem observadas em conjunto, fica evidente a sua grandeza e potencial de mudar o panorama atual da agricultura (PLOEG, 2009).

Na esteira desse processo de luta pela autonomia camponesa, nos últimos anos houve a difusão de diversos conceitos ecológicos, dentre eles, a agroecologia (CAPORAL; COSTABEBER, 2004), muitas vezes compreendida de maneira equivocada, como sendo, por exemplo, apenas uma forma de produção de alimento limpo e sustentável. Essa maneira de compreender a agroecologia é reducionista, pois não contempla todo o seu potencial de mudança de paradigma de produção agrícola – forma de transição do modelo de produção convencional a um modelo sustentável (CAPORAL; COSTABEBER, 2004). Essa mudança de modelo se deve principalmente à sua capacidade de extinguir a separação entre o conhecimento científico e sua aplicação, realçando o conhecimento local e empírico dos camponeses e promovendo a socialização desse conhecimento e sua utilização ao objetivo comum da sustentabilidade. A agroecologia é a busca por uma agricultura que, além de ser sustentável, concomitantemente seja de alta produtividade, podendo, dessa maneira, atender à demanda crescente por alimento da sociedade (GLIESSMAN, 2001).

A agroecologia fornece o conhecimento e a metodologia para a construção de uma agricultura “ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável” (GLIESSMAN, 2001, p. 54). Todavia, como foi dito, não pode ser entendida unicamente como um caminho para a produção de alimentos ecológicos, pois consiste também numa contraposição à forma de agricultura convencional que se baseia no uso intensivo de agroquímicos. Além disso, se contrapõe também à tendência da produção orgânica das multinacionais de produzirem de forma teoricamente sustentável, mas que na prática atendem a um nicho de mercado de produtos limpos. Por isso, é importante ressaltar que uma agricultura sem uso de insumos químicos e de forma mais sustentável não é necessariamente uma agricultura ecológica em seu sentido amplo, pois uma nova forma de produção de alimentos implica em novas relações sociais e em novas relações do homem com a natureza (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Ainda segundo os autores, a agroecologia estuda a atividade agrária sob uma perspectiva sistêmica, levando em consideração fatores variados: sociais, culturais, políticos, ambientais e econômicos. Consequentemente, engloba diversas disciplinas científicas, tendo como propósito em comum a produção de alimentos de maneira ecológica em quantidades adequadas e de elevada qualidade biológica para toda a sociedade. Dessa forma, a agroecologia deve ser vista como uma ciência que reúne os conhecimentos oriundos de distintas disciplinas sobre a agricultura de base ecológica, não sendo uma ciência específica focada somente na produção de alimentos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

O autor afirma que o primeiro passo para se alcançar a agricultura sustentável é através do processo de transição agroecológica. Esta tem que partir do conhecimento local, que integrando-se ao conhecimento científico, forma a base para a formulação técnico-científica da agroecologia. Ao se propor a agroecologia para uma agricultura sustentável, não está se levando em consideração apenas fatores estruturais e agronômicos, mas indo muito além disso e propondo uma maneira inovadora de entender social, política, econômica e ambientalmente a agricultura e o campo. Contudo, para se alcançar uma agricultura sustentável, é preciso observar e respeitar os “requisitos sociais, considerar aspectos culturais, preservar recursos ambientais, considerar a participação política e o empoderamento dos seus atores, além de permitir a obtenção de resultados econômicos favoráveis ao conjunto da sociedade, (...) ou seja, uma agricultura sustentável” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 15).

A agroecologia se apresenta ao campesinato como uma forma de escapar aos mercados de exploração impostos pelo Império, pois as ferramentas disponibilizadas pela agroecologia são transformadas em formas de resistência frente ao mercado de produtos, dinheiro e trabalho.



Dessa maneira, pode-se dizer que as ferramentas agroecológicas contribuem para a construção da autonomia camponesa. O surgimento e organização de grupos de camponeses, a exemplo da rede agroecológica camponês a camponês, que adotaram ou que desejam adotar a agroecologia como modo de produzir, emerge como uma maneira da construção da agroecologia.

No estudos realizados por Rabanal (2015) com a famílias camponesas que compõe a Rede Agroecológica Camponês a Camponês fica evidente que a construção da agroecologia, através dos intercâmbios entre os agricultores agroecológicos, promove a resistência do campesinato no território Sul Sergipano e contribui na luta pela autonomia. Essa resistência se dá no momento em que o camponês não aceita as imposições do agronegócio em suas terras, aprofunda seus conhecimentos na produção agroecológica e, para isso, se integra ao coletivo organizado de produtores agroecológicos Camponês a Camponês. Dessa maneira, este coletivo agroecológico promove a resistência do modo de vida camponês e da sua forma de produzir, altamente contrastante com a do Império. O Camponês a Camponês demonstrou ser uma metodologia capaz de sistematizar as experiências destes produtores agroecológicos, possibilitando a disseminação das práticas que antes estavam restritas a algumas famílias camponesas do Território Sul Sergipano.

As práticas agroecológicas existentes no Território Sul Sergipano, onde está localizado o Assentamento da família acompanhada, foram sistematizadas na cartilha “Práticas Agroecológicas do Território Sul Sergipano” (2013) pela equipe de agroecologia da Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES) das área de reforma agrária, equipe que também contribui na construção da rede Camponês a Camponês. Nesta sistematização, fica explícita a importância das práticas agroecológicas para a construção da autonomia camponesa, pois esta implica na capacidade de produzir alimentos de acordo com sua cultura, natureza e técnica; e a importância da conquista da autonomia de insumos interfere em todo o processo produtivo, ou seja, no controle das sementes, no uso de adubos e também no controle do mato, pragas e doenças. Outro ponto da construção da autonomia é a tecnológica, o “como fazer” do cultivo da terra, utilizando as ferramentas e as técnicas adequadas para a agricultura camponesa (ATES, 2013).

A forma tradicional de produzir da agricultura camponesa pode ter a sua produtividade e sustentabilidade aperfeiçoada devido à absorção das ferramentas disponibilizadas pela agroecologia. Consequentemente, através de uma maior preservação dos ecossistemas naturais e de sua maior capacidade produtiva, os camponeses promovem a soberania alimentar, a qual pode ser vista como a forma autônoma de um povo ou uma nação ser e existir, produzir e se alimentar, ter o acesso a terra, água e sementes. A soberania alimentar permite a geração de

emprego, renda, alimentos saudáveis e a preservação dos ecossistemas de uma população (ALTIERI, 2012).

A construção da rede agroecológica Camponês a Camponês contribui assim para a construção da plataforma da soberania alimentar no Território Sul Sergipano e no estado de Sergipe, como também nos processos de resistência frente às imposições do capital e na autonomia camponesa das famílias participantes da rede agroecológica (RABANAL, 2015). Com a plataforma como saída às imposições das multinacionais, as organizações dos movimentos sociais do campo e da cidade têm travado lutas contra as contradições geradas pelo capitalismo, como desigualdade, pobreza, concentração de terras, êxodo rural, mercantilização e monopolização da natureza através dos transgênicos (DESMARAIS, 2013).

Para a Via Campesina, a soberania alimentar é entendida como a maneira de proteger a renda, os empregos, o meio ambiente e a saúde da população. Para isso, a produção de alimento tem que estar no controle dos camponeses, não sendo deixada sob as ordens do agronegócio e da produção em larga escala. A soberania alimentar é o caminho proposto pelos movimentos sociais, em contraposição ao da agricultura industrial, alicerçada nos monocultivos para exportação; enfoca nos circuitos de produção descentralizados, nos ciclos produtivos locais, na soberania energética e tecnológicas, e na redes de Agricultor a Agricultor (ALTIERI, 2012), a exemplo da Rede Agroecológica Camponês a Camponês. Trata-se de uma bandeira de luta dos movimentos sociais do campo pelo mundo, pois para além de defender uma produção de alimentos ecologicamente sustentáveis, também propicia condições estruturais e organizativas para a autonomia do campesinato.

### **2.3 Definição do campesinato e da unidade de produção familiar**

Não é simples realizar a definição do campesinato devido à sua complexidade e multidimensionalidade, podendo, portanto, ser compreendido de diversas formas (PLOEG, 2009). Contudo, um ponto central nesta delimitação é a força de trabalho que é utilizada pelo campesinato, a qual está fora dos sistemas conceituais ligados à economia capitalista: a familiar. Desta forma, os próprios integrantes da família camponesa realizam o trabalho na unidade produtiva e detém os meios de produção, utilizando sua força produtiva para criar uma determinada quantidade de bens e produtos. Não existe o trabalho assalariado nessa relação, o que significa que não há a exploração homem-homem com o objetivo de se obter a mais-valia do trabalhador. Consequentemente, também não existem o lucro, a renda e os juros do capital (CHAYANOV, 2014).

No entanto, a compreensão do que seria o camponês também deve levar em consideração outras características para além da utilização do trabalho familiar, da posse de uma unidade de produção e do tamanho desta unidade. Deve-se compreender o campesinato a partir da forma como as pessoas cultivam e vivem, pois se trata também de um modo de vida (PLOEG, 2014). Neste intuito, Ploeg (2014) definiu 10 qualidades desse modo de vida, as quais podem não ocorrer sempre concomitantemente, mas demonstram a riqueza da agricultura camponesa:

- I) A família possui o controle sobre seus principais recursos, o que inclui a terra, os animais, o material genético, a casa, as construções e, principalmente, o conhecimento de como utilizá-los;
- II) A unidade de produção é onde a família utiliza a maior parte da sua força de trabalho, sendo, portanto, um local de autoemprego e progresso para a família camponesa;
- III) A unidade produtiva satisfaz múltiplas necessidades da família, ao mesmo tempo em que a família lida com as limitações e as potencialidades da unidade, além de desenvolver as condições para o seu funcionamento;
- IV) O nexo entre a família e a unidade de produtiva é o que permite manter em equilíbrio a relação do tamanho da família e a escala da produção, assim como é também o que permite a unidade produtiva proporcionar à família camponesa uma parte ou a totalidade de sua renda e dos alimentos consumidos;
- V) A unidade produtiva é mais do que um local de produção, sendo vista pela família camponesa como o seu lar e o local onde pertencem;
- VI) A agricultura camponesa é parte de um fluxo que une passado, presente e futuro, preservando as histórias da família entre as gerações, além da unidade de produção ser fonte de orgulho para a família, pois é um resultado do esforço e dedicação das gerações anteriores;
- VII) A unidade de produção é o local onde experiências são acumuladas e o aprendizado ocorre, sendo o conhecimento da lida na terra transmitido às gerações seguinte;
- VIII) É na unidade de produção familiar onde se vive e se preserva a cultura, compondo uma comunidade rural mais ampla, participando de redes de relacionamentos que alcançam até a cidade;

- IX) A família camponesa e a sua unidade de produção são partes integrantes da economia rural, contribuindo na economia local, através da participação na atividade econômica;
- X) A unidade de produção camponesa compõe a paisagem rural, trabalhando a terra de maneira sustentável, protegendo e conservando a sua natureza.

Por todas essas qualidades elencadas, a unidade de produção camponesa pode ser compreendida como o local onde a família camponesa busca algo muito além da produção de alimentos e outros bens para a sua subsistência. O camponês está em busca da construção da sua autonomia, buscando permanecer livre das relações de exploração homem-homem e conquistando a liberdade de viver ao seu próprio modo, reproduzindo, assim, o modo de vida camponês (PLOEG, 2014).

### 3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada reflete o posicionamento e compreensão do papel desenvolvido por esta pesquisa, pois coloca o camponês no centro do conhecimento, dando importância e valorização à leitura de sua realidade. O ponto de vista do entrevistado é entendido como sendo um acúmulo de vivência e experiência de um determinado tema (HAGUETTE, 2013). Aqui, o foco está no relato da experiência do campesinato na relação com o mercado capitalista, nas práticas utilizadas no modo de produzir agroecológico e em como estas proporcionam a autonomia camponesa.

A pesquisa se tratou do estudo de caso de uma família referência na produção agroecológica, residente no assentamento de reforma agrária Paulo Freire II, localizado no município de Estância/Sergipe. O estudo se trata da experiência agroecológica da família camponesa, com destaque para o camponês Ivanilson por ser ele quem coordena a produção e orienta os filhos no trabalho da terra. Ivanilson raramente é chamado pelo seu nome de nascimento. Em vez disso, na região todos o conhecem como Negão.

A metodologia adotada foi a visita pedagógica, a qual consiste na ida do pesquisador à unidade de produção familiar guiada pelo próprio camponês, que relata e demonstra as experiências desenvolvidas e as técnicas elaboradas nos trabalhos produtivos. Essa metodologia é utilizada na Escola Nacional de Formação da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e tem os objetivos de propiciar uma profícua troca de experiência entre o pesquisador e o agricultor, bem como de possibilitar a sistematização das experiências existentes na unidade de produção familiar acompanhada (ENFOC, 2011).

A visita pedagógica ocorreu no dia 27 de Agosto e foi orientada por Negão, guiado por duas solicitações: 1) Gostaria que você me mostrasse a produção agroecológica da família no lote; 2) Gostaria que você me mostrasse as ferramentas agroecológicas da família. Foi realizada uma caminhada pela unidade de produção, onde o agricultor foi respondendo e mostrando o que significava cada parte da sua plantação e de qual maneira organizava a divisão da produção no lote.

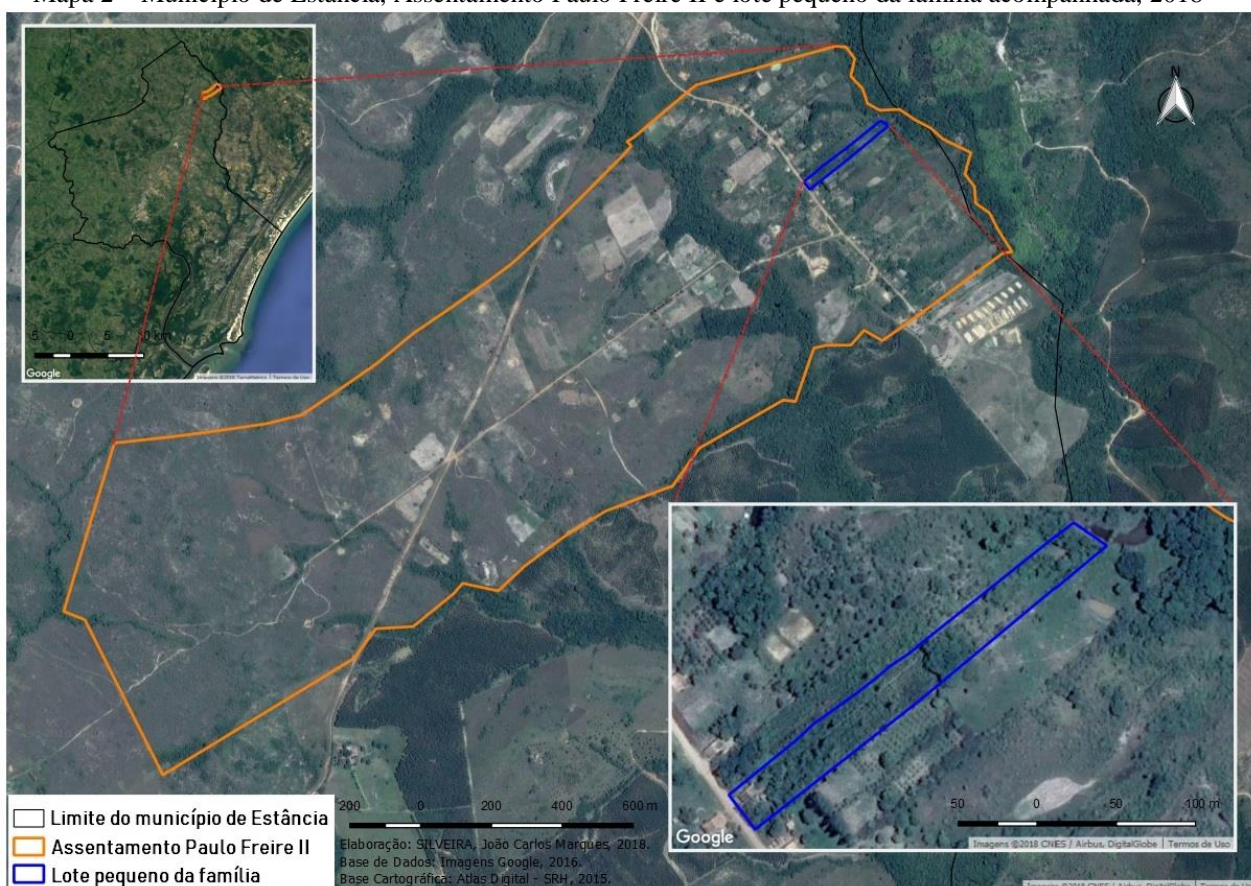
A partir dessa visita, foram organizadas tabelas sobre as espécies cultivadas, organizadas em três colunas contendo o nome popular, nome científico e a quantidade de variedades de cada espécie cultivada, assim como uma tabela com os defensivos naturais produzidos. As tabelas foram confeccionadas em seis categorias: árvores frutíferas, hortaliças, plantas medicinais, cultivos anuais, criações animais, defensivos e outras classes.

Ao concluir a visita pedagógica, foi realizada uma entrevista semiestruturada (Anexo 1) com Negão. A entrevista e a visita pedagógica foram ambas registradas em aparelho gravador de áudio. No trabalho de gabinete, foram transcritos por completo os áudios da entrevista semiestruturada e da visita pedagógica, e foram selecionados os trechos de maior relevância para este trabalho.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O lote da família estudada está localizado no assentamento Paulo Freire II (Mapa 2), no município de Estância, o qual compõe o Território Sul Sergipano (TSS), definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário como a região do estado de Sergipe que está sob influência da cadeia produtiva do agronegócio da fruticultura de citros, com maior relevância para a laranja. O TSS engloba 12 municípios (Araújo, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Itaporanga d'Ajuda, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhy, Tomar do Geru e Umbaúba) e recobre uma área total de 5.822, 20 km<sup>2</sup>, o que significa 26% do estado de Sergipe (SIQUEIRA, 2010).

Mapa 2 – Município de Estância, Assentamento Paulo Freire II e lote pequeno da família acompanhada, 2018



FONTE: O autor (2018).

ELABORAÇÃO: SILVEIRA (2018)

O agronegócio tem avançado bastante na região do assentamento Paulo Freire II. Do lote da família camponesa acompanhada é possível avistar as plantações de eucaliptos, já bem desenvolvidas, cercando o assentamento (Figura 2).

Figura 2 – Plantação de eucaliptos que cerca o assentamento Paulo Freire II e se situa próximo às plantações dos agricultores assentados



FONTE: O autor (2017).

LEGENDA: A- Plantação de eucaliptos.

B- Plantação de milho crioulo da família camponesa acompanhada

Esta questão tem incomodado bastante Negão, pois além do impacto ambiental causado na disponibilidade de água, existe a especulação e as pressões dos latifundiários em querer tomar de volta todas as terras conquistadas na luta dos assentados.

A gente é *rudeado* de eucalipto. Desse cara aí [apontando para a plantação de eucalipto] é 13 mil hectares de eucalipto. Esse eucalipto aí vai bater na praia. E o medo desse, eu não, mas eu tenho medo desse povo que não planta nada nessas terras... essas terras são nossa, que tá desocupadas, são do assentamento. O medo é isso, desses cara aí, agora nós vamos pegar o título da terra, esses *eucalipto* tomar conta. Não é certeza, mas quando você tem alguma coisa que não tá dando lucro você vai vender (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

#### 4.1 História de luta do Assentamento Paulo Freire II e da família camponesa foco do estudo

A história de luta das famílias assentadas pela conquista do Assentamento Paulo Freire II está entrelaçada com a história de luta da família acompanhada pelo presente estudo. O assentamento é composto por 24 famílias de lutadores da terra. O processo de sua ocupação se iniciou no ano 1999, através de uma mobilização organizada pelo Sindicato dos trabalhadores



Rurais de Salgado, sendo a reforma agrária deste latifúndio conquistada em 2001 (SOUZA, 2014).

A trajetória de vida dos assentados do Paulo Freire II é deveras parecida, e foi sistematizada na dissertação de Souza (2014), cuja pesquisa, “Aprendizado agroecológico na reforma agrária em Sergipe: práticas camponesas agroecológicas e interlocução com a ATER no assentamento Paulo Freire II”, apresenta entrevistas de treze famílias assentadas. A maioria tem a origem no município de Boquim, onde exercia o trabalho rural em conjunto à família, contudo, sem a posse da terra. As famílias plantavam em terras arrendadas, que ao final do processo de arrendamento precisavam devolver à propriedade com alguma benfeitoria ou plantação. Concomitantemente, alguns trabalhavam no manejo das plantações de citros, enquanto a maioria trabalhava apenas no período de colheita destas plantações. A forma de pagamento deste trabalho era em diárias e estava submetida às variações inerentes aos monocultivos, como períodos de pouca produtividade e preços baixos. Como consequência de uma rotina de trabalho árdua, trabalhando diariamente durante todo o ano, as condições de acompanhar o ensino formal da escola se reduziram, o que fez com que, atualmente, os assentados apresentem uma baixa escolaridade (SOUZA, 2014).

O processo de mobilização e organização – realizada pelo sindicato dos trabalhadores rurais de Salgado – dos interessados em participar da ocupação do latifúndio inicialmente gerou muita desconfiança e receio, devido ao fato de que as informações que recebiam sobre este tipo de ação frequentemente estavam relacionadas à questões negativas, tais como roubo e outras formas de violência. No entanto, este pensamento foi sendo modificado ao longo do processo de formação política dos trabalhadores rurais participantes, que eram elucidados sobre o que consiste verdadeiramente a reforma agrária, a ocupação de terras improdutivas e a organização política. Este trabalho de base foi sendo construído desde a mobilização no município de Boquim, nas reuniões de formação do grupo inicial para o acampamento, até os enfrentamentos com as forças policiais e as negociações que duraram até a desapropriação da terra e formação do assentamento Paulo Freire II (SOUZA, 2014).

Outro ponto em comum na história dos assentados, observado por Souza (2014), é a penúria relatada sobre o processo de ocupação do latifúndio. A maioria declarou que, para ter o direito à vaga no assentamento, apenas um dos membros da família permaneceu nos barracos de lona no acampamento, enquanto que outro membro, normalmente a esposa, ficava na cidade cuidando dos filhos e trabalhando, fazendo faxina em casas de família, ou trabalhando como catadoras de laranja. Alguns assentados afirmaram que o fato de apenas um membro da família permanecer no acampamento se deveu ao desconhecimento dos ocupantes da terra acerca da

importância de participar da luta pela terra e dos movimentos sociais do campo. Na análise dos assentados, quem participou diretamente da luta embaixo da lona passou por um processo mais aprofundado de formação política e de valorização da conquista da terra (SOUZA, 2014).

Ainda segundo a autora, mesmo submetidos às condições difíceis, os assentados relataram que a luta foi válida, principalmente por ter permitido que estes trabalhadores rurais pudessem se ver livres do desemprego ou das condições precárias às quais eram submetidos nos trabalhos anteriores à conquista da terra. Alguns, por outro lado, afirmaram se sentir frustrados pela vida que levam enquanto assentados, pois acreditam que se tivessem permanecido na cidade teriam melhores condições de vida. Para a maioria, foi fundamental a conquista da terra e a organização política dos assentados com o MST, pois foi através delas que foram possíveis as conquistas das condições materiais mínimas, da posse da terra, da habitação e dos instrumentos de trabalho (SOUZA, 2014).

A trajetória de vida dos assentados do Paulo Freire II, estudada por Souza (2014), também carrega grandes semelhanças com a história da família camponesa acompanhada neste estudo, composta por Ivanilson (48 anos) e Jacira (50 anos), pai e mãe, respectivamente, de três filhos: Rivelino (16 anos), Lúcia (21 anos) e Huigon (23 anos). Todos os filhos, atualmente, residem no assentamento com os pais, com exceção do primogênito Huigon, que mora em Aracaju e trabalha de pintor residencial. Como explicado anteriormente, o entrevistado da família camponesa pela pesquisa foi em Ivanilson, mais conhecido como Negão.

Uma forma de se compreender a origem da família camponesa acompanhada é através da descrição da trajetória de luta de Negão. Negão tem suas origens no município de Boquim, onde morava junto com sua família, a qual era composta por nove irmãos, sendo ele o mais velho. Seus pais não tinham terra, e por isso viviam do arrendamento. Seus irmãos e pais faziam plantações nos lotes e, ao final do período de cultivo, realizavam a plantação de capim com a finalidade daquele lote ser usado como pasto pelo proprietário. Assim era feito no ano seguinte em outra terra arrendada: arrendava, plantava os alimentos para subsistência e, em seguida, o capim para a pastagem.

Antes da gente conquistar a terra... eu sou de uma família de nove *irmão*, meu pai nunca teve terra, mas a gente trabalhava na terra, só que nós *era* profissional na área, área da agricultura mesmo, que a gente trabalhava de enxertia de laranja, né? (...) E pra *prantar* as pessoa cedia terra pra meu pai *prantar* por um ano, aí quando terminava um ano, que seria o período de inverno... quando terminava o inverno, meu pai colhia e entregava a terra ao cidadão, *prantava* capim, que ele pegava uma terra bruta, né? Mas aí ele negociava com aquele dono da terra, que era em Boquim... meu pai *prantava* o milho, o feijão e a fava, e de contrapartida o caba que tinha terra queria fazer pasto, então meu pai tirava a produção dele. Quando acabava de tirar a produção dele, *prantava* capim e deixava o pasto do cara lá pronto. Era tipo uma negociação, e nisso ele criou a família desse jeito, entendeu? (Negão, camponês, Assentamento

Paulo Freire II)

Dessa maneira, devido à força de trabalho despendida nestas terras, foi possível para os seus pais alimentar e educar os nove filhos, mesmo não adquirindo nenhuma fração de terra. Segundo Negão, a força de trabalho disponível dos componentes da sua família – pais, irmãos e Negão – era o suficiente para se ter uma boa qualidade na alimentação, em que as necessidades eram supridas. Até então, o que era produzido por eles não era comercializado, sendo inteiramente destinado à subsistência. A forma de produção agroecológica no lote de Negão tem as suas origens em sua ancestralidade, na experiência adquirida nas plantações de seus pais.

Eles [o avô e o pai] *prantava* com consorciamento: com milho, com a fava, com o feijão, quiabo. Que nem você viu ali. Quer dizer, ele fazia uma salada de coisas ali, e era voltado não pra venda, só pra alimentação dentro de casa. Ai é mais ou menos uma cópia, 45, 50 anos atrás, era o que eles faziam. E eles viviam bem, assim, em termo de saúde e alimento dentro de casa... tranquilo, vivia bem. E nunca passava pela mente dele também, não vendia nada daquilo que produzia. Era só a base da alimentação (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Ao longo do tempo, no entanto, esta condição de arrendamento foi se tornando escassa na região onde a família de Negão morava (município de Boquim), o que reduziu as oportunidades de trabalho e sustento. Negão, nesse período, já desenvolvia o trabalho de diarista nas plantações de cítricos na região de Boquim, catando laranja, fazendo enxertia e trabalhando nas terras de outras pessoas. Diante desta situação, passou a sentir a necessidade de ter a própria terra, de modo que pudesse desenvolver sua atividade de agricultor de forma plena e autônoma, construir uma família e não precisar vender mais sua força de trabalho nas grandes plantações. Ao longo de toda a pesquisa foi possível perceber a centralidade do trabalho para o camponês acompanhado e a forma como a construção da sua vida está ligada à conquista da terra.

Antigamente... eu ainda ando lá em Boquim, minha família é de lá... antigamente a família era nove filho, doze filho, quinze filho, dezesseis filho e eles *conseguia* criar dessa forma, porque o pequeno agricultor, o pequeno proprietário de terra ainda cedia terra *pros* outros trabalhar, mas começou isso e foi virando raridade, né? Eles foram começando a negar, nem *prantava* e nem dava pra *prantar*. Foi na época que surgiu a questão das ocupações, *né?* E aí, rapaz... eu vou, desse jeito, trabalhando nas terras dos *outro* não dá certo. Aí botei na cabeça pra conseguir a minha, *né?* Aí lutei (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

De acordo com Negão, a resistência ao trabalho subordinado foi o grande motivador para a luta e a conquista da terra, pois fica claro na história de vida de sua família que a terra, para o campesinato, permite a reprodução do seu modo de vida de forma independente. Logo, é preciso conquistar uma fração de terra onde a família camponesa possa viver e plantar.

O que motivou a minha luta pela terra foi justamente essa análise que a gente fez que tem a ver com políticas públicas e a questão do desemprego. Na verdade, eu nunca quis ser empregado de ninguém, a vida toda eu corri atrás da minha autonomia, de ser livre. Então para *mim* ser livre, eu tinha que ter o que é meu e criar uma família, sonhar de ter uma família, e viver independente. Pra ter independência, eu botei na cabeça que tinha que ter a terra, nunca trabalhei de carteira fichada, nunca trabalhei de carteira assinada com ninguém (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

#### 4.2 “Tem muitos *bom* aí nos *diálogo*, mas poucos que *faz*, e eu vou falando e mostrando”

A visita pedagógica à unidade de produção familiar foi realizada no dia 27 de agosto de 2017 e foi guiada pelo camponês Negão. O lote da família é dividido em duas áreas, denominadas de lote pequeno e lote grande. No lote pequeno, o qual tem 12 tarefas (3,7 hectares), é onde está localizada a residência da família e a maior parte da plantação agrícola, principalmente a perene. O lote grande possuiu 27 tarefas (8,3 hectares) e é utilizado pela família apenas para plantios de estação, principalmente no inverno, período de mais chuva. Os dois lotes estão separados por uma distância de aproximadamente 2 quilômetros, motivo pelo qual a família não vai ao lote grande com frequência, e normalmente quando o visita é para realizar algum mutirão de arado, plantio ou colheita.

No limite do lote pequeno passa um riacho com uma mata ciliar bem preservada, devido às famílias do assentamento que fizeram plantios ao longo do seu leito. Ao fundo do lote pequeno foi plantada uma grande diversidade de árvores: goiabeira, abacateiro, cajueiro, mangueira, jaqueira, dendê, limão. Esta parte do lote a família deixa reservada para as árvores nativas e não realiza manejo constante, permitindo que a própria natureza faça o controle das árvores. Negão entende isso como uma forma de complementar a sua produção de maneira natural, sem ser necessário despender muito trabalho nessa parte da terra. O cultivo neste trecho se deu logo após a conquista do lote, onde foram plantados cerca de 200 mudas de cajueiros e foram lançados um conjunto de sementes, composta por diversas espécies de árvores. Atualmente nesta área, a família tem uma alta produtividade de frutíferas, sem ter a necessidade do constante cuidado e manejo dessas árvores.

Aí vou enriquecendo sem mexer em nada aí [área no fundo do lote]. Depois eu vou só colher, e o que eu não colher fica para os animais (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

A primeira parte da unidade de produção familiar mostrada por Negão foi ao lado da sua casa, embaixo de mangueiras que quase se fechavam na copa, e, ao redor destas, cresciam vários tipos diferentes de plantas, compondo uma densa vegetação (Figura 3A e 3B). Como

Negão mesmo afirmou: “eu não trabalho em ordem não, meu negócio é assim mesmo”.

Figura 3A e 3B – Vegetação ao lado da casa de Negão, que muitos visitantes afirmam ser desorganizada (3A)



FONTE: O autor (2017).



(3B)



FONTE: O autor (2017).

Negão mostrou essa parte do lote antes de qualquer outra com o objetivo de expor a lógica da sua produção, para que aquele que for conhecer o que a família cultiva no lote possa entender qual o princípio utilizado em toda a área. Principalmente em virtude de que, segundo ele, muitas pessoas que já visitaram a sua produção disseram que aquilo tudo que a família estava fazendo era errado, que era apenas mato. No entanto, na opinião de Negão, tudo em seu lote tem um objetivo para estar organizado de uma determinada forma.

Quando as pessoas vêm pra aqui, eu percebo, que *ele olha* pra roça no sentido dele ver o sistema que lá fora funciona, são tudo *pentiadinho*, tudo bonitinho, que tudo funciona. Esse nosso é tudo *bagunçadinho*, mas tudo tem seu porquê de estar aí e pra que serve. Porque se você trazer uma pessoa pra aqui pra dentro e essa pessoa não tiver essa consciência, ele vai achar que isso tudo aqui é bagunça, porque não entra maquinário dentro (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Embora o próprio Negão se refira à sua roça como “bagunçadinha”, isso não significa que sua unidade de produção não possua uma organização e objetivos definidos para cada cultivo realizado pela família. É justamente na demonstração desta organização e funcionalidade das espécies cultivadas no lote que as seções seguintes se debruçarão.

#### 4.2.1 Produção agroecológica da família camponesa acompanhada

A partir da primeira solicitação da visita pedagógica (Gostaria que você me mostrasse a produção agroecológica da família no lote) Negão mostrou a organização da sua plantação. Logo no início, esclareceu a importância da prática agroecológica na sua produção. O camponês afirmou que muitos podem falar sobre o modo de produção agroecológico, mas o seu critério para acreditar nestes comentários é a demonstração prática e não apenas teórica.

Os detalhes da agroecologia é isso, voltado à agroecologia e diversificação. O falar, muitas vezes o pessoal fala, mas não faz. Tem muitos *bom* aí nos *diálogo*, mas poucos que *faz*, e eu vou falando aqui e mostrando (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Somando as produções do lote pequeno e do grande, a família totaliza 47 diferentes produtos, sistematizados nessa pesquisa em 5 classes: hortaliças, frutíferas, plantas medicinais, produções anuais e criação animal. Ao se levar em consideração as variedades de espécies, a diversificação aumenta para 109 produtos. Todos possuem uma finalidade, seja consumo, comercialização, alimentação animal, produção de adubo, cobertura do solo ou adubação verde, portanto, possuem um objetivo interligado aos demais no sistema de produção da família, como foi relatado por Negão:

99% do que está aqui é aproveitado de alguma forma, nada se perde (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

A parte da plantação frutífera desenvolvida pela família possui 13 produtos diferentes e um total de 52 variedades (Tabela 1).

Tabela 1 – Nome popular, nome científico e número de variedades da produção frutífera existente na unidade de produção familiar acompanhada

Nome Popular	Nome Científico	Número de variedades
Manga	<i>Mangifera sp.</i>	5
Tangerina	<i>Citrus sp.</i>	3
Goiaba	<i>Psidium sp.</i>	3
Limão	<i>Citrus sp.</i>	6
Laranja	<i>Citrus sp.</i>	17
Seriguela	<i>Spondias purpurea</i>	1

Coco	<i>Cocos nucifera</i>	2
Caju	<i>Anacardium sp.</i>	2
Jaca	<i>Spondias sp.</i>	4
Abacate	<i>Persea sp.</i>	2
Abacaxi	<i>Ananas sp.</i>	2
Banana	<i>Musa sp</i>	3
Araçá	<i>Psidium sp</i>	2

FONTE: O autor (2018)

NOTA: Informações obtidas no levantamento de campo realizado em agosto de 2017.

A produção frutífera tem diversas finalidades para a família, tanto para consumo como para a comercialização nas feiras. Uma parcela do que é produzido de frutas é aproveitada e beneficiada para a produção de polpas, sendo possível assim, otimizar o aproveitamento das frutas da estação e, conseqüentemente, reduzir o desperdício da produção devido ao apodrecimento. Além disso, as polpas confeccionadas podem ser comercializadas no período entressafra, podendo ser vendidas por um preço superior ao valor do período da alta estação das frutas.

A principal plantação (em tamanho) do lote produtivo é a das frutas cítricas: laranja, tangerina e limão. Estes foram os primeiros cultivos de plantas perenes. O produto que mais se destaca em relação à quantidade de variedades é a laranja, cultivada em 17 variedades. Ao total são 760 pés de laranja, ocupando quatro tarefas (1,2 hectares) no lote pequeno da unidade de produção (Figura 4). Esta grande variedade de laranja se deve ao fato de que o território sul sergipano, região onde se localiza o assentamento, é uma região grande produtora de cítricos, bem como ao fato do pai de Negão ter trabalhado com a enxertia de plantas cítricas e ter passado esse conhecimento ao filho, que passou a ter uma vasta experiência no manejo e cultivo dos citros.

Figura 4 – Plantação de frutas cítricas no lote pequeno da família acompanhada, totalizando quatro tarefas deste cultivo





FONTE: O autor (2017).

Os galhos da plantação de cítricos são frequentemente podados ou até mesmo cortados quase por completo, deixando apenas o caule principal. Isto permite que outras plantas brotem e se desenvolvam dentro do Sistema Agroflorestal que a família realiza, aumentando a diversidade de espécies cultivadas. O material oriundo destes cortes é empregado como matéria orgânica, o que promove a renovação de nutrientes do solo e permite uma maior camada de matéria orgânica disponível para as plantas. Por isso, o material gerado no sistema, através do corte da vegetação, é reutilizado com a finalidade de retroalimentá-lo, proporcionando um sistema de cultivo sustentável. Esse é o objetivo pelo qual os cortes são constantes, chegando o mais próximo possível de uma floresta, como Negão mesmo resumiu quando buscou explicar a ideia do SAF:

Isso é copiado de uma floresta, só que produtiva (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

O Sistema Agroflorestal (SAF) é um termo genérico, segundo Altieri (2012), para se referir a um método tradicional de utilização da terra, em que “árvores são associadas no espaço e/ou no tempo com espécies agrícolas anuais e /ou animais” (p. 281). Dessa maneira, neste

sistema se faz uma combinação de elementos agrícolas com elementos florestais na mesma fração de terra. Apesar de não existir uma definição conceitual adotada universalmente, pode-se afirmar que o SAF significa um conceito de uso integrado da terra, especialmente adequado às regiões periféricas e sistemas de baixo uso de insumos. O SAF está alicerçado em 4 características: estrutura (combinação de árvores, plantas anuais e animais), sustentabilidade, aumento da produtividade e adaptabilidade (ALTIERI, 2012). É justamente na primeira característica que evidencia-se ao visitante o SAF na unidade de produção da família acompanhada neste estudo, pois o cultivo das várias espécies – árvores e plantas anuais – é realizado em forma de consórcio. Um exemplo do SAF no lote é a plantação de macaxeira, a qual é intercalada com diversos outros cultivos: cebolinha, manjerição, coentro, babosa e abacate. Enquanto a macaxeira não é colhida, pode-se utilizar a mesma área para o cultivo de outras variedades. Além disso, quando a árvore do abacate estiver desenvolvida e fazendo sombra no solo, já se aproveitou eficientemente o solo para a produção de uma gama de variedades de alimentos (Figura 5A e 5B).

A questão da plantação da macaxeira... Repare o sentido do plantar a macaxeira: aqui já foi tirado o coentro, aqui já foi tirado essa cebolinha. Mas se você olhar, vai observar mais a parte da macaxeira, que o pessoal faz esse plantio e não bota nada dentro, não intercala. Repare que eu já tirei essas coisas, a macaxeira tá ganhando o seu espaço, mas enquanto isso eu já tirei três funções daqui e não atrapalhou a macaxeira. Se eu fosse esperar depois que eu fosse colher pra plantar essa macaxeira eu já *tava* atrasado. Meu plantio é tudo consorciado com outras coisa, dá pra você ver que é tudo junto (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Figura 5A e 5B – Plantio de macaxeira em consórcio com cebolinha, coentro, babosa, manjerição e abacate no lote pequeno da família acompanhada



(5A)



FONTE: O autor (2017).

(5B)



FONTE: O autor (2017).

O projeto de desenvolver um Sistema Agroflorestal no lote já está em implantação desde

que conquistaram a terra no assentamento. Uma prova disso é o tamanho das árvores encontradas na área produtiva, pois todas as árvores frutíferas foram plantadas pela família assim que entraram no lote. Negão relatou que quando entraram na área não havia nenhum tipo de vegetação e tiveram que começar a produção do zero, portanto, toda a plantação foi semeada pela família. Um outro exemplo da longa lida da família com a terra conquistada são as jaqueiras desenvolvidas e produtivas presentes no lote pequeno, pois se trata de uma árvore de crescimento lento e que leva vários anos para dar frutos.

O SAF desenvolvido no lote também tem como objetivo reduzir o trabalho da família camponesa, pois ao respeitar os processos e o tempo da natureza, não demanda a lida diária e constante do manejo da terra. Este objetivo do SAF guarda relação com a descrição de Chayanov (2014) sobre o equilíbrio entre a fadiga e a satisfação das necessidades da família, pois é esta relação que determina a continuação da atividade camponesa. Enquanto a fadiga oriunda do trabalho na terra for considerada subjetivamente menor que a intensidade das demandas da família, e a satisfação desta for suportada por esse mesmo esforço, a família camponesa deverá ter motivação para continuar o trabalho na unidade produção. A partir do momento em que a relação entre esforço e demanda passa a estar no mesmo nível, o trabalho deixa de ter sentido de continuar, já que custa mais ao camponês “prosseguir com ele do que abandonar as vantagens econômicas decorrentes desse mesmo trabalho” (CHAYANOV, 2014, p. 107).

Explicitada a relação entre a fadiga e o atendimento da demanda da família, percebe-se que a importância do produto do trabalho reside na relação da dimensão e composição da família com o grau de autoexploração, este último definido como um “equilíbrio específico entre a satisfação da procura familiar e a fadiga devido ao trabalho” (CHAYANOV, 2014, p. 106). Dessa forma, o valor do trabalho camponês é determinado pela intensidade da produção numa unidade de produção e a dimensão e composição da família camponesa, como também pelo grau de autoexploração.

Por essas razões que o SAF tem um grande papel na unidade de produção da família camponesa aqui estudada: ter uma produção de recursos suficientes para a família ao mesmo tempo em que diminua a intensidade do trabalho da terra dos seus membros, consequentemente diminuindo o grau de autoexploração da família. Com isso, devido ao menor tempo despendido na lida com a terra, essa forma de cultivo permite à família possuir mais disponibilidade para realizar outras atividades relacionadas à unidade de produção, e assim, desenvolver outras técnicas e habilidades.

Isso aqui é importante pra mim, mas muito mais importante *pros* meninos, *pros* filhos *pros* jovens, porque *tão* saindo da terra, *tão* abandonando. E a formação que eles tem hoje, e os nossos jovens hoje, eles jamais querem pegar num cabo da enxada, porque é serviço pesado e tal. Então quando você faz um negócio desse você vê que não vai precisar trabalhar de enxada, né? Dá pra você ver que o próprio sistema ele mesmo é que faz. Então isso aqui pra eles é muito bom, *tendeu*? Isso aqui é uma coisa *pro* futuro, *pro* resto da vida. Porque isso aqui quanto mais fica velho, mais produz, e o trabalho aqui é colher (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Na unidade de produção familiar estudada existe uma permanente preocupação com a cobertura constante do solo, com o revolvimento da matéria orgânica e com a adubação correta, o que fez com que um solo fértil se desenvolvesse, onde tudo o que é semeado vinga, pois essas técnicas proporcionam um solo em ótimas condições de nutrientes disponíveis para a germinação das sementes e crescimento da planta. Esta qualidade do solo é motivo de grande orgulho para a família camponesa, pois é a comprovação de que o modo de produzir agroecológico, além de produzir alimentos saudáveis, recupera o solo.

É interessante vocês olharem o meu e vocês tem uma visão do vizinho. Vocês *tão* dentro de um assentamento de 1.000 *tarrafa* de terra. Essa 1000 *tarrafa*, ela era bem improdutiva, ou seja, era uma terra bem esgotada que ninguém dava nada. E para recuperar um solo desse o custo era muito alto, precisava de investimento. Vocês estão num pedacinho [o lote da família] que qualquer semente que cair aqui vai pra frente e germina, dá pra você ver. Mas ao mesmo tempo vocês vão ver locais, que nos 20 anos que o cara *tá* dentro, a terra *tá* pior do que ele pegou. Por que? Porque ela não reage (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Em relação a classe das hortaliças, esta também é de grande importância para a família, pois o plantio e a produção são constantes ao longo do ano, de rápido crescimento e de grande consumo no preparo da alimentação da própria família. São produzidas 9 hortaliças e, somando as variedades, são 18 tipos de hortaliças ao total (Tabela 2).

Tabela 2 – Nome popular, nome científico e número de variedades das hortaliças existentes na unidade de produção familiar acompanhada

Nome Popular	Nome científico	Número de variedades
Tomate	<i>Solanum sp.</i>	3
Quiabo	<i>Abelmoschus sp.</i>	3
Coentro	<i>Coriandrum sativum</i>	1
Cebolinha	<i>Allium schoenoprasum</i>	1
Couve	<i>Brassica oleracea</i>	1
Berinjela	<i>Solanum melongena</i>	1
Abóbora	<i>Cucurbita sp.</i>	2

Pimenta	<i>Capsicum sp.</i>	5
Maxixe	<i>Cucumis anguria</i>	1

FONTE: O autor (2018)

NOTA: Informações obtidas no levantamento de campo realizado em agosto de 2017.

A horta, com destaque para o tomate, possui uma parte cultivada na frente do lote, no sentido de ser um tipo de exemplo de viabilidade da produção de alimentos para os demais agricultores assentados (Figuras 6A e 6B). Trata-se de uma forma de incentivar os agricultores assentados vizinhos a produzirem alimentos saudáveis, tanto para a família quanto para a comercialização, pois muitos não possuem o estímulo para plantar. Dessa forma, a produção de Negão é uma demonstração visível para os vizinhos de que é possível cultivar alimentos no assentamento, colocando em prática o ditado do movimento Camponês a Camponês: “quando o camponês vê, faz fé”.

Isso aqui é plantado [os tomateiros]... Por que eu faço isso aqui [na parte da frente do lote]? Eu tenho uma coisa comigo, que quando um cara diz que a sua terra não presta pra aquilo que a sua terra não dá pra isso, a melhor resposta é você fazer, porque senão você não vai saber realmente nunca. Eu venho fazendo isso aqui pra dá essa resposta a essa comunidade vizinha. Esse é um tomate especial, que é três variedadezinhas que tem aqui, pra provar pra o acampamento que a terra dá o tomate. Mas um tomate diferente, não o tomate competitivo, que tá lá no mercado. A gente tem que ter ele, mas nós *tem* que ter a nossa cultura. Então é uma resposta que dá. Por que é que as feirinhas da agricultura familiar não tem? É porque *tá* na cabeça que acha que não dá. Alguém botou na cabeça que não dá. Então acho que mais que a palavra é ver, *né?* (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II)

Figura 6A e 6B – Produção de hortaliças no lote pequeno da família acompanhada. Esta parte do cultivo é de grande importância para a alimentação, pois as hortaliças podem ser plantadas durante todo o ano e são de rápido crescimento



(6A)



FONTE: O autor (2017).

(6B)



FONTE: O autor (2017).

Na classe das plantações anuais, aquelas cultivadas e colhidas uma vez ao ano, existem

cinco produtos e um total de doze variedades (Tabela 3).

Tabela 3 – Nome popular, nome científico e número de variedades das plantações anuais existentes na unidade de produção familiar acompanhada

Nome Popular	Nome Científico	Número de variedades
Macaxeira	<i>Manihot sp.</i>	3
Batata-doce	<i>Ipomoea sp.</i>	3
Feijão	<i>Phaseolus sp.</i>	3
Milho	<i>Zea mays</i>	1
Fava	<i>Vicia sp.</i>	2

FONTE: O autor (2018)

NOTA: Informações obtidas no levantamento de campo realizado em agosto de 2017.

O milho, que é plantado pela família em consórcio com a fava (Figura 7A e 7B), tem um destaque em especial, pois a família beneficia e produz cuscuz, que comercializa na feiras-livres do Cantinho da Roça – coletivo de agricultores agroecológicos que organiza a comercialização de seus produtos nas feiras. No entanto, o seu objetivo principal é o consumo da própria família camponesa. É importante destacar que a produção do cuscuz é realizada à mão, ou seja, o milho é ralado sem o auxílio de maquinário. A máquina processadora tem um custo de compra elevado para a família, o que os impossibilita de comprá-lo. Apesar do grande esforço demandado, o cuscuz é produzido pela família com grande orgulho. Uma prova disso é que a família deixa uma parte da plantação de milho exclusivamente destinada para a produção de cuscuz. Assim, até a safra do ano seguinte terá milho suficiente para o beneficiamento e consumo da família.

Figuras 7A e 7B – Plantação de milho crioulo no lote grande da família acompanhada. É destinada à produção de cuscuz principalmente para consumo próprio da família e, numa menor proporção, para ser comercializada



(7A)



FONTE: O autor (2017).

(7B)



FONTE: O autor (2017).

Esta questão da confecção do cuscuz feita à mão retoma o debate sobre a relação entre o esforço despendido na produção camponesa e a satisfação da família (BARTRA, 2014), pois beneficiar o cuscuz manualmente gera trabalho para a família e evita a subordinação no mercado de dinheiro, na busca de créditos para incorporar o maquinário necessário, o qual liberaria a força de trabalho para outras atividades no lote ou para o assalariamento fora da unidade de produção familiar. Contudo, na análise da família vale mais aumentar o esforço de trabalho na produção do cuscuz manualmente do que deixar de fazê-lo ou recorrer a compra de máquinas. Portanto, esta forma de produção manual de cuscuz permite alcançar um equilíbrio entre a fadiga causada por este esforço e a demanda da família.

Além dos cultivos alimentares expostos anteriormente (produção frutífera, hortaliças e produção anual), um outro ponto relevante a respeito da autonomia da família camponesa acompanhada diz respeito ao cuidado que possuem em relação à saúde. A família cultiva plantas medicinais, as quais são utilizadas para o tratamento de enfermidades. Foram constatadas 6 espécies desta classe (Tabela 4), cada com apenas uma variedade.

Tabela 4 – Nome popular, nome científico e número de variedades das plantas de uso medicinal existente na unidade de produção familiar acompanhada

Nome Popular	Nome Científico	Número de variedades
Sete-dor	<i>Não encontrado</i>	1
Bezotacil	<i>Não encontrado</i>	1
Aroeira	<i>Schinus terebinthifolius</i>	1
Malva	<i>Malva sylvestris</i>	1
Manjerição	<i>Ocimum basilicum</i>	1
Babosa	<i>Aloe vera</i>	1

FONTE: O autor (2018)

NOTA: Informações obtidas no levantamento de campo realizado em agosto de 2017.

A utilização da fitoterapia pela família demonstra como a agroecologia se relaciona com a manutenção dos saberes tradicionais, uma vez que o cultivo das plantas medicinais muitas vezes envolve o resgate do conhecimento popular sobre o efeito terapêutico das plantas. Tais práticas naturais de saúde, que articulam o saber popular e prática da agroecologia, constituem uma forma de autonomia no processo saúde-doença. Na família acompanhada, as plantas medicinais proporcionam independência em relação aos remédios convencionais da indústria farmacêutica no que diz respeito às enfermidades corriqueiras: dores de cabeça, resfriados, pequenos cortes, etc.

Outra coisa que tá dentro do nosso *prantio*... você pode olhar que sempre a parte de medicação tá junta. Você pode olhar aqui a fileira de babosa. Então a medicação é fundamental da nossa plantação. O Manjerição também (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Vale ressaltar, ainda, que a relação da agroecologia com a saúde não se limita à produção de plantas medicinais, mas pode ser percebida também por uma perspectiva ampliada. A adoção da agricultura orgânica e ecológica, por si só já é uma forma de promoção de saúde, uma vez que nega a contaminação química dos alimentos por meio do uso de agrotóxicos. Além disso, não se pode pensar a saúde dos indivíduos segregada da saúde ambiental. Numa perspectiva sistêmica, percebe-se que a agroecologia não só promove a saúde humana, mas também a do meio ambiente. O modelo convencional da agricultura capitalista interfere negativamente no equilíbrio ecológico, por meio da intensa utilização de fertilizantes e insumos químicos e do uso predatório dos recursos naturais para suprir as demandas de mercado. A agroecologia, por outro lado, leva em conta uma outra forma de relação do homem com a natureza.

Além dos cultivos vegetais, há também a criação de animais no lote. Existem cinco diferentes criações animais, cada uma com uma finalidade específica (Tabela 5). Ao total, são 12 variedades de espécies.

Tabela 5 – Nome popular, nome científico e número de variedades das criações animais existentes na unidade de produção familiar acompanhada

Nome Popular	Finalidade	Número de variedades
Porco	Consumo	1
Galinha	Consumo e produção de ovos	4
Ganso	Vigilância do galinheiro	1
Abelha	Produção de mel e polinização	5
Burra	Tração animal para o arado	1

FONTE: O autor (2018)

NOTA: Informações obtidas no levantamento de campo realizado em agosto de 2017.

A criação das colmeias de abelhas tem dois objetivos: produção do mel, exclusivamente para o autoconsumo, e a polinização das flores dos cultivos da família. As criações de porcos e galinhas são utilizadas para o consumo da família, como também para a venda nas feiras. As



galinhas tem uma produção média de 60 dúzias de ovos por mês (Figura 8A). Os gansos têm uma finalidade peculiar: a proteção do galinheiro. Isto acontece pois os gansos gritam com qualquer movimentação ao redor do cercado, alertando a família e evitando, assim, o roubo das galinhas (Figura 8B).

Figura 8A e 8B – Cercado da criação de galinhas e gansos no lote pequeno da família acompanhada. Galinhas possuem a finalidade de consumo próprio da família e os gansos fazem a proteção contra roubo das galinhas

(8A)



FONTE: O autor (2017).

(8B)



FONTE: O autor (2017).

A alimentação das criações animais é feita com os próprios alimentos existentes no lote. Inclusive, uma parte da plantação do milho é reservada para a alimentação das galinhas. Nesse processo de alimentação também são feitas experimentações, como a descoberta do que poderia diminuir a mortandade das galinhas no período chuvoso, quando as temperaturas estão mais baixas e as galinhas ficam mais suscetíveis a doenças. A família, ao observar isso, começou a alimentá-las com frutas cítricas disponíveis no lote, junto com os produtos normalmente utilizados: macaxeira, batata-doce, milho, etc. Após o incremento dessas frutas cítricas, a mortandade das suas aves diminuiu drasticamente, solucionando o problema.

O animal de maior estima para a família é a burra, chamada de *Catita*. A história deste equino está interligada à da família no assentamento. Desde a conquista da terra é utilizada no trabalho, como tração animal para arar o solo e no transporte das pessoas e dos produtos, além de ter os seus dejetos como principal fonte de matéria-prima para a produção de adubos utilizados na produção agroecológica.

Por fim, foram identificados alguns produtos com finalidades diversas de grande importância para o trabalho no lote que não se encaixam nos demais agrupamentos, sendo organizado, portanto, como Outras Classes. (Tabela 6). Ao total, 9 produtos compõem essa

classe.

Tabela 6 – Nome popular, nome científico e finalidade dos produtos de outras classes existentes na unidade de produção familiar acompanhada

Nome Popular	Nome Científico	Finalidade
Corante	<i>Bixa orellana</i>	Alimentação humana
Taioba	<i>Xanthosoma sagittifolium</i>	Alimentação humana
Dendê	<i>Elaeis guineensis</i>	Produção do óleo
Mucuna	<i>Mucuna pruriens</i>	Adubação do solo
Sabiá	<i>Mimosa caesalpiniaefolia</i>	Madeireiro
Girassol Americano	<i>Helianthus tuberosus</i>	Alimentação animal
Capim	<i>Cenchrus ciliaris</i>	Alimentação animal
Comigo-ninguém-pode	<i>Dieffenbachia seguine</i>	Defensivo agrícola
Feijão de porco	<i>Canavalia ensiformis</i>	Adubação do solo e alimentação animal

FONTE: O autor (2018).

NOTA: Informações obtidas no levantamento de campo realizado em agosto de 2017.

O capim e o girassol americano são usados na alimentação das galinhas e da burra. Com a Comigo-ninguém-pode é fabricado defensivos agrícolas naturais. Corante e taioba são utilizados na alimentação da família. O dendê é beneficiado e, principalmente na semana santa, é produzido o óleo de dendê, somente para o consumo da família e parentes. A mucuna e o feijão de porco têm a função de adubar o solo antes da plantação dos cultivos.

A árvore de sabiá (Figura 9) é um cultivo indispensável para a produção. O seu crescimento é rápido e possui uma madeira de boa qualidade, o que evita a necessidade da compra de madeira ou o desmatamento da vegetação nativa no assentamento. A árvore de sabiá contribui para a autonomia da família, pois fornece madeira para os mais variados fins no lote, como consertos do galinheiro e de cercas, cabo das ferramentas, cobertura do solo, além de proporcionar uma relativa autonomia em relação ao consumo do gás de cozinha, já que permite o preparo dos alimentos através da utilização desta madeira como lenha.

Pra madeira, pra cobertura, produção de biomassa. Mais voltado pra questão da... porque assim, eu faço pequenas obras no lote, aí uso pra cerca, galinheiro. (...) A gente usa pra conserto de cerca, cercado de galinha, conserta pocilga e pra cozinhar feijão. Pra economizar o botijão. Se eu passar um mês, com a ajuda dela, passo 2 mês com o



botijão (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Figura 9 – Árvore sabiá existente no lote pequeno da família acompanhada. A madeira dessa árvore possui diversas finalidades no trabalho da família, além de ser de rápido crescimento e de grande utilidade, inclusive no uso como lenha



FONTE: O autor (2017).

A família camponesa possui uma experiência única no assentamento, tanto na utilização do lote para cultivos, quanto no ramo do beneficiamento, em que é produzido cuscuz com uma parte da plantação de milho crioulo e com as frutas é produzido polpas. Basta observar os lotes ao redor para perceber o quanto a terra é bem aproveitada. Esta percepção fica mais evidente no lote grande da família, pois nas 27 tarefas as plantações são bem diversificadas. Foram feitas leras por toda a extensão do lote grande, com plantação de batata-doce, ao lado do milharal do família. É importante citar que estas leras foram feitas à mão pela família, com a utilização apenas da enxada (Figura 10).

Figura 10 – Plantio de batata-doce existente no lote grande da família acompanhada, feito apenas com a utilização de enxadas



FONTE: O autor (2017).

#### 4.2.2 Ferramentas agroecológicas utilizadas pela família camponesa

Ao ser feita a segunda solicitação da visita pedagógica (Gostaria que você me mostrasse as ferramentas agroecológicas da família), Negão expôs qual tem sido o acúmulo das ferramentas agroecológicas desenvolvidas na unidade de produção familiar.

A agroecologia não é uma ciência pronta, previamente moldada para o agricultor aplicar. Ela está em processo de construção e é reinventada através das experiências desenvolvidas no dia a dia. A família camponesa explicita muito bem essa característica da agroecologia, experimentando, errando e acertando no desenvolvimento das técnicas mais adequadas a realidade da unidade de produção. Por esta razão, Negão afirmou se considerar um experimentador, um aventureiro no trabalho da terra.

É interessante você falar e você fazer. Só que o que eu faço, como é muitas das vezes... o que eu faço aqui é experimento. A maioria das vezes, é claro, dá certo, senão eu passava necessidade, mas tem coisa que não dá certo. E eu preciso de uma resposta, e as respostas dos que eu faço é a resposta de longo prazo. Entendeu? Não é 100 % do que eu faço que é certo não, *tendeu*, Guilherme? É porque eu sou um aventureiro, *tendeu*? Eu faço aquelas invenções ali, porque eu sempre tenho que tá estudando esses negócios aqui, que seria melhorar as minhas técnicas (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).



Assim como no cuidado com cultivos e plantações, a família camponesa tem um papel de observadora da natureza e pesquisadora das soluções para o manejo da terra, pois a experiência agroecológica parte da observação do que já se encontra no lote. Um exemplo do caráter inovador e experimentador da família é a utilização da planta comigo-ninguém-pode. Esta planta é conhecida popularmente como sendo tóxica para o consumo humano e animal, chegando a provocar a morte quando consumida. Observando esta característica, foi desenvolvido por Negão um composto com urina de vaca, com a finalidade de proteger as hortaliças contra ataques de pragas.

Essa aqui é um extrato da planta comigo-ninguém-pode, que é uma *brindagem* nas hortaliças pra que não dê praga. Como a praga não come ali a folha do comigo-ninguém-pode, que eu mostrei num instante atrás ali, então o que que eu fiz aqui? Eu extraí um pouco do extrato dela, do sumo dela, coloquei aqui [no recipiente] e *poverizo* os tomateiros. Então antes da lagarta [atacar] eu *brindo* o tomateiro, entendeu? Eu pego a substância daquela planta e coloco no meu tomateiro (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

A primeira ferramenta agroecológica exposta pelo camponês foram os defensivos agrícolas (Tabela 7), os quais totalizam 9 variedades.

Tabela 7 – Defensivos agrícolas e suas utilizações nas plantações existentes na unidade de produção familiar acompanhada

Defensivo Agrícola	Utilização
Azeite de castanha com álcool	Controle de pragas (fungos e lagartas)
Cansação com Álcool	Pulverização para repelente
Extrato comigo-ninguém-pode com mijo de vaca	Blindar as hortaliças contra as lagarta
Mijo de vaca com mel de fumo	Matar as pragas (lagarta, gafanhoto, fungos)
Erva daninha com mijo de vaca	Controle de pragas
Cipó cururu com álcool	Pulverização das plantas na fase de desenvolvimento inicial para o controle de pragas
Chucanhinho com álcool	Controle de pragas e doenças
Urina de vaca diluído na água	Pulverização e adubação aérea das folhas

FONTE: O autor (2018).

NOTA: Informações obtidas no levantamento de campo realizado em agosto de 2017.

A base desses compostos é normalmente uma planta específica misturada ou com álcool

ou com urina de vaca. Existe uma diferença entre o defensivo ser confeccionado com um desses dois solventes. A mistura com álcool tem o objetivo de conservar o princípio ativo da mistura, razão pela qual quanto mais tempo tiver de confeccionado, melhor a sua eficácia. Um exemplo dessa característica é o uso com o azeite de castanha, no qual é feita a mistura da planta com o álcool e deixa-se maturando. Por outro lado, o defensivo com urina de vaca é utilizado para aplicações mais imediatas, não sendo necessário deixar na conserva, ou seja, assim que confeccionado pode ser pulverizado nos cultivos.

Todos esses defensivos agroecológicos têm praticamente a mesma função na produção: proteção contra ataques de pragas. Negão mostrou a caixa de defensivos agrícolas confeccionadas de forma caseira pela família. (Figura 11).

Figura 11 – Defensivos agrícolas confeccionados pela família acompanhada para a utilização no combate de pragas e doenças nas plantações. Alguns desses compostos foram desenvolvidos pela família a partir da observação das plantas invasoras existentes na terra da unidade de produção



FONTE: O autor (2017).

Cada defensivo produzido pela família tem uma especificidade para ser aplicado nas plantações. O azeite de castanha com álcool possui um grande efeito de combate das pragas, sendo somente utilizada em situações de grande descontrole, que esteja provocando uma grande mortandade dos cultivos. A família o utiliza para o combate de fungos e lagartas. A potência da castanha se deve à sua elevada acidez.

Aqui [o azeite de castanha com álcool] mata tudo. Mata formiga, mata lagarta. O que você pensar aqui ela mata, entendeu? E mata gente também. Tem que ter cuidado pra não cair no pelo do cara, se cair ela derruba a pele. É tanto que a gente só usa ela quando está fora de controle. Tanto nesse borrifador, quando é uma coisa pequeno, ou se for uma coisa grande numa bomba costal (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Cipó cururu, erva daninha e *chucanhinho* são pequenas plantas que brotam e se desenvolvem naturalmente no solo. Por isso, para muitos agricultores, são vistas como plantas invasoras que impedem o desenvolvimento do cultivo. Algumas são até tóxicas para as criações animais, como o cipó cururu, que caso seja ingerido, causa a morte. No entanto, para a forma de cultivo que a família segue, estas “plantas invasoras” tem uma grande utilidade na proteção e blindagem contra fungos, lagartas, gafanhotos, etc.

Negão também mostrou a sua produção de adubo, confeccionado através da própria matéria orgânica gerada na unidade produtiva. Em virtude disso, nenhum galho, folha, frutos estragados, dejetos dos animais são desperdiçados: tudo é reciclado e retorna aos ciclos naturais da floresta da família. Como já foi exposto, o objetivo da família é criar um lote produtivo justamente o mais próximo possível de uma floresta. Para tal, deixam as plantas crescerem e se ramificarem, aparentando estar “bagunçado”, como muitas pessoas adjetivam os cultivos da família. Posteriormente, quando a vegetação está bem desenvolvida, realiza-se a poda das árvores e utiliza-se este material podado, o qual misturado com os dejetos dos animais, fazem as leras de compostagem.

Pego esse material e reviro tudo para aqui [mostrando a lera] e aqui posso *prantar* meio mundo de coisas. Mas primeira, é como diz a história, ela vai passar pela fusão. Aí eu pego o meu material do meu animal, da minha burra, da minha galinha e vou jogando aqui. Enquanto esse material de baixo vai apodrecendo, eu também vou jogando outros material por cima. Então dentro de um ano um solo que não dava nada, você transformou esse solo de um ano pra outro, que toda semente que cair aí vai germinar, vai nascer, atrás de uma resposta (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Nestas leiras são deixadas toda a matéria orgânica se decompondo até esta mistura passar pela fusão – como se refere Negão à decomposição da matéria orgânica – e ser transformado, assim, em um adubo rico em nutrientes (Figura 12). A família utiliza estas leras de compostagem para fazer plantações, pois qualquer semente que for semeada brota neste solo. No caso de necessitar melhorar a qualidade do solo de outras partes do lote, a família precisa apenas coletar o adubo destas leras e depositá-lo no local onde o solo estiver deficitário em nutrientes.

Eu faço isso [utilizar como adubo]. Quando tem um solo muito fraco eu substituo, né? E eu quero acelerar, ter mais uma rapidez na produção, eu faço isso aí. Mas você veja o sentido disso tudo qual é. (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Figura 12 – Negão mostrando o laranjal podado e as leras de compostagens feitas embaixo das mesmas árvores, com o objetivo de abrir espaço para o plantio de outros cultivos e melhorar a qualidade do solo através da adubação



FONTE: O autor (2017).

Foram realizadas no laranjal a poda das árvores e a produção das leras de compostagem. Precisava-se adubar o solo e também abrir espaço para a entrada de luz, pois a vegetação alta do laranjal estava impedindo o cultivo e o crescimento de outras espécies nesta área da unidade de produção. Por isso, Negão e a família cortaram todos os galhos das árvores do laranjal, restando apenas o caule principal para rebrotar futuramente. Toda a matéria orgânica oriunda destes pés de laranja foi aproveitada para fazer novas leras para a compostagem deste material ao lado destas mesma árvores, promovendo, assim, a adubação do solo onde o laranjal está plantado (Figura 12).



A adubação do solo não é realizada apenas através das leras de compostagem, mas também através das minhocas reproduzidas pela própria família. As minhocas fazem o processo natural de arar o solo através do seu trânsito dentro da terra, fazendo que sejam abertos espaços no solo por onde a água e o ar podem passar, consequentemente melhorando a sua qualidade. Além disso, as minhocas digerem o solo, produzindo o húmus, um solo rico em nutrientes e microorganismos importantes para os ciclos de decomposição da matéria orgânica (ATES, 2013). Na unidade de produção existem vários minhocários, onde, segundo Negão, há milhões de minhocas. Inicialmente, as minhocas ficam contidas numa caixa (Figura 13A e 13B), e posteriormente, após um período para o desenvolvimento, as minhocas são transferidas para a o solo, promovendo a adubação de uma determinada parte da terra (Figura 13C e 13D).

Na unidade produtiva a família desenvolve a criação de duas espécies de minhocas: africana e brasileira. Negão demonstra reconhecer muito bem a importância das minhocas para se ter um solo produtivo, quando afirma que “quem recupera solo, quem dá vida ao solo é as minhocas. Solo sem minhoca é solo morto”.

Figuras 13A, 13B, 13C, 13D – Criação e reprodução de minhocas feita no lote pequeno da família acompanhada



(13A)



(13B)

(13C)

(13D)



FONTE: O autor (2017).

A grande variedade de cultivos e ferramentas levantadas nessa pesquisa e a finalidade que cada um desempenha para a família camponesa demonstram aquilo que foi definido como autonomia pela ATES (2013). A autonomia camponesa implica na soberania de produzir alimentos de acordo com sua cultura, natureza e técnica, assim como a conquista da soberania de insumos interfere em todo o processo produtivo, no controle das sementes, no uso de adubos e no controle das pragas e doenças. Além disso, outro ponto da construção da autonomia é a soberania tecnológica, o “como fazer” do cultivo da terra, através da utilização das ferramentas e técnicas adequadas para a agricultura camponesa (ATES, 2013). Desse modo, a resistência é construída a partir das ferramentas disponibilizadas pela agroecologia, o que, ao permitir a redução da relação com os mercados de produtos, de crédito e de trabalho, contribui para a autonomia do campesinato.

#### **4.4 Entrevista semiestruturada**

A entrevista (Anexo 1) foi realizada ao final da visita pedagógica na unidade produtiva da família. O objetivo da utilização dessa ferramenta foi tanto colher informações que complementassem a visita pedagógica quanto tomar o camponês entrevistado também como pensador desta pesquisa, e poder fazer a discussão dos resultados levando em consideração a sua análise. Em outras palavras, com a entrevista se buscou conhecer a opinião de Negão a respeito da sua vivência com a agroecologia e a autonomia proporcionada por ela, para então responder aos objetivos da pesquisa em diálogo com as palavras do camponês. Assim, não afirmarei se a experiência de Negão com a agroecologia o possibilitou a autonomia ou não como um pesquisador que analisa de fora, mas sim, responderei a isso fazendo dialogar os teóricos citados nesse trabalho, as minhas análises e a do próprio camponês.

Um dos pontos mais interessantes e bonitos dos estudos agroecológicos é justamente dar voz a um sujeito esquecido pelo dito “desenvolvimento” da sociedade. Sociedade tal que dependente desse sujeito para suprir suas necessidades alimentares mais básicas. Uma vez que o foco da pesquisa é a autonomia camponesa proporcionada pelo modo agroecológico de produção de alimentos, é de fundamental importância saber diretamente do camponês de qual maneira este modo produtivo altera a vida da família camponesa no tocante à produção e se de fato possibilita a autonomia.

Sentados à sombra na varanda da sua casa (Figura 14), Negão explicou a sua visão do que é a agroecologia e esclareceu alguns pontos sobre a relação capital-camponato, discussão de grande relevância para pensar a agroecologia como forma de resistência à exploração advinda de tal relação. As perguntas foram divididas em quatro classes: mercado de venda e compra; mercado de crédito; mercado de trabalho; e por fim, agroecologia e autonomia. Foram selecionados os trechos de maior relevância para os objetivos da pesquisa.

Figura 14 – Realização da entrevista semiestruturada feita a Negão na varanda de sua casa



FONTE: O autor (2017).

#### 4.3.1 “Agroecologia é entender a natureza”

Negão demonstrou que compreende a agroecologia como um modo de relação homem-natureza, seja na cidade ou no campo, o que transcende a análise simplista da agroecologia como sendo a produção de orgânicos e de alimentos livres de agrotóxicos (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

A agroecologia é o respeito à natureza, aos princípios da natureza. Agroecologia é entender a natureza, *tendeu?* Se você for olhar, é um campo bem amplo, porque a agroecologia não é só *prantar* e colher. A agroecologia é uma gama de diversidade de coisas. Então eu faço a minha parte de agroecologia da forma que eu entendo e também do que eu vivo. É *prantar*, é colher, é não degradar, é não tocar fogo, É fazer a minha parte de bem para o bem, que seria para a natureza. (...) Mas quando a gente fala de agroecologia aqui em campo, também existe a agroecologia na cidade, *né?* Que a gente vê garrafa de coca-cola, copo descartável. Então se a pessoa não joga, se a pessoa tem a sua disciplina também de não tá jogando lixo, de não tá sujando a cidade, isso já faz parte da agroecologia também, *tendeu?* Respeitando os animais, não maltratar os animais. Quer dizer, a agroecologia é uma diversidade de coisas (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

É importante ressaltar que apesar de a terminologia “agroecologia” ter partido da academia, no sentido de classificar e delimitar o que seria esta forma específica de produzir, a forma agroecológica de produção não é uma técnica recente criada pelo meio acadêmico, mas sim um processo desenvolvido no trabalho prático na terra e passado de geração em geração pelos camponeses.

Desde a época que eu comecei a trabalhar, que foi a partir dos 12 anos até hoje estou com essa idade, com 47 anos, eu pratico agroecologia. Mas só que esse nome agroecológico veio partir de uns anos pra cá, porque da forma que eu trabalho toda vida foi respeitando a natureza, já é uma forma de agroecologia. Meu pai trabalhava assim, meu vô trabalhava assim, que ele não degradava nada. Ele não trabalhava com agrotóxico, ele não trabalhava com maquinário, ele não era uma pessoa de destruir nada. Ele só fazia *prantar*, colher e entregava, e é como diz a história, muita das vezes a terra era ruim, e entregava ao cara a terra boa. Então ele já fazia essa parte, às vezes até sem entender o sentido do nome, mas certamente já fazia (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Quando questionado se a agroecologia permitia à família ter uma produção diferenciada, sem a utilização de agrotóxicos, sementes transgênicas ou adubos químicos, Negão demonstrou um ponto central para a agroecologia proporcionar este tipo de produção diferenciada: a transmissão do conhecimento entre as gerações da família.

Permite sim, certamente. Essa parte que eu disse a você, *d’eu tá* fazendo e praticando o meu trabalho, o meu foco todo é ensinar a família produzir. Eu ensino a família produzir, eu produzindo e falando como é que *tô* fazendo. Então eles tão vendo como é que essas parte de produção, de experimentação, que eu sou um experimentador, que eu sou um cara que sempre *tô* atrás de novidade, para melhorar as minhas técnicas de trabalho, a família sempre *tá* perto, *tá* junto comigo, certamente *tá* aprendendo. Então é focado na família, para que eles levem esse conhecimento, para que adotem esse conhecimento (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Negão reconhece a importância de estar sempre próximo à família e de transferir as técnicas e conhecimentos aos filhos. Isso demonstra a centralidade da família para o



campesinato, no sentido de que é ela quem vai ser sua força de trabalho e também de continuação das práticas na lida com a terra, principalmente no tocante a agroecologia, pois esta é construída pelo intercâmbio de conhecimento entre os camponeses e entre as gerações, tendo os jovens um papel central para a continuidade do processo de construção desse modo de produção e de vida (PLOEG, 2014).

Além disso, o depoimento de Negão demonstra outra característica da família camponesa: a indissociabilidade entre o trabalho manual e o trabalho intelectual (PLOEG, 2008). Neste sentido, a sua base de recursos (adubo, sementes, defensivos naturais, etc) e o seu conhecimento se interligam numa unidade orgânica que pertence e é controlada pela própria família camponesa, a qual está relacionada diretamente nesse processo de trabalho.

#### 4.3.2 “Quem *tá* aqui, acha que tudo lá [na cidade] é mais fácil”

Quando questionado em relação ao mercado de trabalho, Negão falou sobre a permanência da juventude no campo e os impactos na realidade da família camponesa.

A gente faz de tudo pra eles viverem aqui, mas só que as condições da gente não consegue segurar os filhos aqui, porque não tem expectativa de nada *pros* filhos. Então quando vem uma proposta de lá de fora que eles acham que é melhor do que aqui, ele finda escapulindo das nossas mãos e vai para a capital atrás de emprego. Pra uma parte pra mim ele [Huigon, filho mais velho da família] foi pra lá, mas como se diz, não adianta também você *tá* querendo segurar seu filho aqui, que na verdade ele quer ver o outro lado do mundo também, ele quer aprender também, realmente como é que funciona, porque quem *tá* aqui, acha que tudo lá [na cidade] é mais fácil, né? (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II)

A produção de alimentos pelo campesinato está alicerçada no trabalho familiar, sendo os integrantes da família a força de trabalho disponível para atender a demanda requerida na lida do trabalho na terra (CHAYANOV, 2014). Neste sentido, a saída do campesinato do campo é uma perda que pode ter consequências na construção da autonomia camponesa, uma vez que a permanência do campesinato na unidade de produção possibilita a prática de um modo de produção que se distancia da lógica de produzir dos mercados (PLOEG, 2009). A crítica de Negão à saída da juventude do campo, especialmente o seu filho mais velho, pode ser vista por esse viés, pois é uma situação que o campesinato sente diretamente.

Este mercado de trabalho na cidade apresenta-se, para a juventude camponesa, como mão-de-obra barata nas produções convencionais do agronegócio ou em trabalhos braçais nas grandes cidades, exceto nas situações em que membros da família camponesa, normalmente os jovens, saem da unidade de produção para dar continuidade aos estudos nas grandes cidades

(ALVES, 2012). Na família camponesa estudada a realidade não é diferente: dos três filhos de Negão e Jacira, dois trabalham na unidade produtiva da família, enquanto o filho mais velho trabalha como pintor residencial na capital Aracaju.

A gente tem uma coisa com nossos filhos, que eu fiz parte muito e fiz muitas críticas, sobre a questão dos incentivos do governo pra a questão da juventude. A juventude que *vevi* no campo não tem perspectiva de vida, ou seja, não tem projeto voltado aos jovens, né? (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II)

A falta de investimento por parte dos órgãos públicos é sentida pelo campesinato, como afirmado por Negão. As políticas públicas deveriam estar voltadas para garantir os direitos dos camponeses, através de investimentos em infraestrutura, pesquisa e extensão, educação, saúde, abertura de canais de comercialização, entre outras áreas, assim gerando um ambiente seguro e estável onde a família camponesa pudesse investir em seu próprio futuro no campo (PLOEG, 2014). No caso da família de Negão, com exceção de seu filho mais velho que trabalha na cidade, há muitos anos ninguém trabalha em outras terras, somente na própria unidade produtiva da família. A força de trabalho que eles possuem é completamente utilizada nas próprias plantações e é o suficiente para proporcionar a renda e o abastecimento necessário a todos da casa.

Há dezenove anos que não vendemos um dia de diarista para ninguém. Sim, [a força de trabalho], é o suficiente para tirar a sobrevivência e para pagar as contas e os nossos *bicuzinhos* (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Como bem demonstrado por Negão, a unidade de produção camponesa é onde a família emprega sua força de trabalho, o que os proporciona uma relativa autonomia, pois neste local a família camponesa encontra uma dupla liberdade: ao mesmo tempo em que se mantém livres da exploração de trabalho fora das suas terras, também possuem a liberdade para viver ao seu próprio modo de vida (PLOEG, 2014).

#### 4.3.3. “Eu faço minha parte na agroecologia, mas também analiso o outro lado da moeda”

Negão costuma se declarar um experimentador, pois no trabalho a família desenvolve novas formas de fazer agroecologia, inovando na produção e no cultivo. Como um bom experimentador, também está disposto a conhecer o lado oposto da agroecologia: o agronegócio. Para ter esta experiência de como é a realidade de um camponês no modo produtivo convencional, passou alguns meses na casa do seu cunhado, em Simão Dias. O

resultado desse intercâmbio foi o fortalecimento da convicção na produção agroecológica, pois ficou ainda mais evidente para Negão que o agricultor não possui autonomia alguma no modo de produzir do agronegócio (PLOEG, 2008), mais especificamente em relação à renda obtida na relação de troca com o Império, uma vez que a maior parte do dinheiro é expropriada do camponês no momento da compra dos produtos utilizados no cultivo (BARTRA, 2015), como sementes e insumos, como afirmado por Negão.

Eu faço a minha parte na agroecologia, mas também analiso o outro lado da moeda. Como por exemplo, o ano passado passei 6 meses em Simão Dias analisando o sistema contrário do que eu produzo, e quem *tá* produzindo lá, o pequeno que *tá* produzindo lá, *tá* voltado na cabeça que não tem futuro, que vai parar. Meu cunhado faz roça de milho lá, há muito tempo, no sistema do agronegócio, ele chega a dar num saco de milho de semente 400 reais, num saco de 20 kg. A gente fica conversando e eu fui apanhar isso lá. E aí quando ele tem uma produção de 20 kg, ele paga 400 reais, e quando ele consegue produzir um saco de 60 kg de milho ele vende por 35 reais. Ou seja, vale a pena você produzir? Você comprar um saco de 20 Kg por 400 e você produzir dessa semente [para vender] 60 kg por 35 reais (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

A autonomia camponesa está intimamente ligada ao controle das sementes, razão pela qual estas estão em disputa pelas grandes multinacionais. O principal método utilizado por estas grandes empresas é o controle genético, para criação de sementes transgênicas (GLIESSMAN, 2001). Ao adquirir sementes transgênicas, o agricultor é obrigado a comprar também os agrotóxicos e insumos, pois tudo isso faz parte de um pacote tecnológico.

Em contraposição a isso, a agroecologia resgata as sementes utilizadas pelos ancestrais, aquelas que foram passadas entre as gerações de camponeses, em que os melhoramentos que ocorreram foram apenas os naturais, durante o processo de cultivo (ALTIERI, 2012). Estas sementes são denominadas crioulas. As sementes crioulas não só proporcionam uma produção livre de agrotóxicos e modificações genéticas, como também autonomia para o camponês, que não necessita comprar o pacote de sementes e agrotóxicos das multinacionais.

Essa semente de milho crioulo, essa semente de milho que tem na roça da gente, o preço dele, o preço da gente na verdade, nunca existiu esse preço. Hoje o preço do sistema do controle da semente, que é a semente transgênica, ela valoriza os valores deles, pra *prantar*, mas desvaloriza depois que você *pranta* pra comprar. Essa é a grande diferença e onde *tá* desmotivando e tirando, porque se começar a colocar na ponta da caneta não vale a pena você entrar numa produção dessa (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Como conclusão desse intercâmbio, Negão ponderou que o lado oposto ao agronegócio é o agroecológico. Neste, o agricultor possui autonomia sobre o processo de cultivo, desde a semeadura até o consumo. Inclusive, neste ponto, é possível afirmar que a agroecologia também

proporciona a autonomia alimentar, pois Negão relatou que os agricultores da unidade produtiva em que fez o intercâmbio não consomem os seus próprios produtos, com receio da contaminação dos agrotóxicos, enquanto ele e a família possuem em seu lote tudo que necessitam para se alimentar.

Até o próprio produto que ele produzia além desses, além de ser tão alto o custo e tão caro, e o produto não serve pra ele comer, que eles bota tanto veneno que eles mesmo tem medo de comer. E a agroecologia não tem isso, *né*? Na agroecologia você tem satisfação. Onde você andar por aí, você vê que é uma produção livre, que não prejudica nem a gente nem os animalzinho que come ali. É uma coisa direita, não é uma coisa que você desembolsou tanto (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Em relação aos mercados de compra e venda, os questionamento foram no sentido de saber se existe a necessidade de comprar produtos fora do lote para atender às demandas da família ou se o que é cultivado no lote proporciona a autossuficiência alimentar, buscando identificar uma relativa autonomia em relação ao mercado de produtos.

É... a parte que a gente planta, a gente não compra porque é o suficiente. A gente já tem uma gama de diversidade, mas sempre a gente tá botando mais diversidade, justamente cada vez mais diversidade, a gente vai saindo mais da necessidade de compras, pra ser independente (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

A produção do campesinato é utilizada para atender a demanda dos componentes da família (CHAYANOV, 2014). A partir dessa análise, Negão compreende que não necessita comprar nenhum alimento para além dos cultivados no lote, pois o que produzem é suficiente. No entanto, não é possível produzir todos os produtos que atenda as demais necessidades da família, como produtos de limpeza, higiene pessoal, determinados alimentos e produtos manufaturados.

*Pros* gastos da família que a gente só compra o que não produz, que é o açúcar, a gente não produz aqui a cana para produção de açúcar, né? E coisas que a gente mexe na parte alimentar da gente, tipo óleo, mas a gente diminui ou troca e substitui por outra coisa e a gente pega com nossos clientes o que seria, o óleo de coco, aí a gente vai substituindo, ou tira do cardápio da gente algumas coisas... ou então substitui por outras (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

A solução encontrada para atender a necessidade de alimentos que não produzem no lote é buscar aumentar a diversificação no cultivo e incluir novas espécies. Para aqueles já cultivados no terreno, desenvolvem experiências de beneficiamento dos alimentos, como o cuscuz, a produção de polpas e desidratações através do aquecedor solar. Outra saída para o abastecimento da família é a troca da produção entre os camponeses do próprio assentamento ou dos vizinhos. Esta prática entre os camponeses de relação de trocas de cultivos é uma forma

de contraposição e resistência, mesmo que eventualmente de modo não intencional, às relações do mercado hegemônico baseadas no dinheiro.

Tem uma diversidade grande de produtos, mas para sustentar uma família precisa de 100% de produtos, de diversidade de produtos, *né*? Sempre vai faltar alguma coisa. É aí que a gente tem esse contato com outros agricultores, que faz a troca, tanto a gente pega deles, quanto eles pegam da gente, entendeu? Algumas coisas que faltam (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Uma parte do que é produzido na unidade produtiva é lançada no mercado de troca hegemônica, ou seja, é comercializada. No entanto, nem sempre ocorreu essa intenção da venda da produção, pois inicialmente o que motivou a plantar no lote foi a necessidade de produzir para alimentar os integrantes da família. Com o passar do tempo, essa produção foi aumentando, até o ponto de suprir a demanda alimentar e criar um excedente da produção. Nesse momento, a família percebeu que poderia vender esse excedente que estava se perdendo e virando adubo nas plantações.

Na verdade a nossa produção desde o começo, essa produção era bem mais focada e direcionada a nós, pra família. Só que *tava* se perdendo muita coisa aqui que a gente não *tava* conseguindo comer, como você tá vendo que tem coisa que se perde, *né*? (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II)

Após algum tempo de comercialização, Negão percebeu que esse processo de venda do excedente ao mercado não estava sendo vantajoso, pois existia um grupo de comerciantes que estava diminuindo o valor que ele recebia pela venda do seus produtos: os atravessadores. Para solucionar esta exploração que estava sofrendo, a família decidiu comercializar diretamente nas feiras livres, evitando, dessa forma, que os seus produtos tivessem que passar pelos atravessadores.

A gente vendia, na época, produtos nossos aos atravessadores. E a gente não valorizava, *né*? Não dava valor. Não valia a pena, também. Você produzia o que *tá* produzindo e vender por bagatela, *né*? Por uma coisa que não recompensava. Foi quando veio a ideia de a gente mesmo, já que a gente que produzia, a gente mesmo comercializar nosso produto. Aí veio a questão do estudo de preço, *né*? (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II)

A família, a partir desse momento, precisou compreender como funciona a questão dos preços das mercadorias comercializadas. A observação dos valores aplicados no mercado foi o primeiro passo. Outro ponto levado em consideração foi o tempo de trabalho despendido pela família para a produção de cada alimento. Por isso, como explica Negão, existe um acréscimo

no valor do seu produto, pois como a família produz de forma agroecológica, o tempo de trabalho é mais lento e por isso demanda mais trabalho para produzir.

Rapaz, esse preço é definido de acordo com meu trabalho, *tendeu?* E com as minhas pesquisas de mercado, *tendeu?* É um preço em cima dos meus custos, *tendeu?* Porque é um produto diferenciado, é um produto mais demorado para produzir, então tem uma diferença entre o meu produto e o produto comercializado aí no mercado. Quanto mais a gente trabalha nesse sistema, sistema agroflorestral, agroecológico, pra você trabalhar da forma que a gente trabalha leva mais tempo pra produzir, e se leva mais tempo leva mais custo. Aí é por isso que tem um precinho a mais, um pouco (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Quanto à reposição dos equipamentos utilizados no lote, o camponês recorre aos materiais disponíveis na própria unidade de produção. Em algumas situações, necessita-se comprar as ferramentas, porém, isso acontece com raridade e as ferramentas duram um longo período. A família confeccionou alguns equipamentos, como o aquecedor solar e o fogão solar, pois dessa maneira reduz a demanda do consumo de gás de cozinha no beneficiamento de seus produtos. Dessa forma, não necessitam para o trabalho na terra recorrer constantemente à compra de produtos nem ao dinheiro fornecido no mercado de crédito.

Em relação ao mercado de crédito, a família já recorreu a ele logo que conquistaram a terra, pois precisavam organizar o lote (cercar, passar maquinário, etc.) para tornar a terra fértil e ser possível trabalhar nela antes de iniciarem qualquer tipo de cultivo. Para isso, era necessário um alto investimento que a família não possuía, o que fez com que recorrer ao crédito agrícola fornecido pelos bancos fosse a única saída encontrada para poder iniciar as plantações naquele momento. Essa dívida só foi possível de ser quitada dezesseis anos depois, em 2017.

O caso da família de Negão é um exemplo concreto da maneira que o campesinato se relaciona e é explorado pelo mercado de crédito, explicitada anteriormente através do pensamento de Bartra (2015). O impasse existente no financiamento para o camponês, segundo Negão, ocorre devido ao domínio do projeto a ser desenvolvido não estar nas mãos do camponês, mas sim nos bancos, pois o financiamento é liberado apenas quando a família aceita as imposições do banco, o qual promove ainda mais a dependência ao mercado de dinheiro das grandes corporações bancárias. Como muitas vezes o camponês não possui outro recurso, torna-se obrigado a seguir as determinações do banco e acaba sendo ainda mais explorada através da aquisição de ferramentas, sementes, adubos, agrotóxicos, maquinários, etc. Ao contrair esta dívida, o camponês tem dificuldades de paga-la e, devido aos juros bancários, só faz aumentar e torna-se impossível de ser quitada.

Esses projetos de investimento da parte dos bancos nunca dá certo, porque quando você vai lá pra apresentar o seu projeto, quem determina e pra que libera o recurso é

o banco, *tendeu?* Ele lá vai dizer pra que é que o dinheiro lá *tá* disponível: “a gente só libera pra isso, pra isso e pra aquilo”. Daquilo que ele diz, nada se encaixa no que você quer, *tendeu?* É um dos gargalo que a gente vai pegando aqui e arrebitou muita gente por isso. (...) A assistência técnica, também, ao invés de ajudar fez foi atrapalhar, de orientar mal e ainda pegar dinheiro do agricultor e *prisionar* o agricultor a comprar ração onde ele quer, onde ele queria, né? Então o projeto não deu certo, ou seja, foi um projeto que foi feito por agricultor, mas o agricultor não teve o domínio, quem dominava era os outros. E a gente tomou muito prejuízo com isso. Quando a gente determinou que a gente iria fazer por conta própria e ninguém iria se meter, você vê que as coisas dar certo, porque a gente *tá* fazendo do nosso jeito (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

O camponês afirmou que não faria mais nenhum empréstimo em banco, justamente porque não existe nenhuma liberdade nas escolhas dos projetos. Os bancos apenas determinam os investimentos e ao longo da implementação do projeto não oferecem nenhuma assistência técnica para acompanhar e aperfeiçoar os trabalhos. Consequentemente, não dão o retorno financeiro esperado e a família não tem condições de pagar as parcelas dos empréstimos, tornando, assim, uma conta quase impagável, a exemplo da própria família acompanhada, que levou dezesseis anos para quitar a dívida.

A família tem muitos projetos com o objetivo de melhorar a qualidade do trabalho no lote que gostariam de concretizar, e para isso necessitam de apoio financeiro que permitam a sua aplicação. Contudo, Negão tem a clareza de que devido ao fato da sua forma de trabalhar não seguir o sistema convencional da agricultura capitalista, teria dificuldades burocráticas para conseguir financiamento dos bancos para a implantação e aperfeiçoamento das técnicas agroecológicas na unidade produtiva da família.

Se hoje eu fosse pegar um crédito, eu tenho muitos projetos, se eu fosse pegar um crédito que nem você viu ali, *né?* Se eu tivesse autonomia, se eu tivesse domínio do meu crédito e não fosse tão burocrático, por exemplo, aquele projeto daquela irrigação que falei lá com vocês de fazer, a construção do poço, cavar um poço artesiano, fazer reservatório pra fazer um sistema de irrigação por gotejamento. Então eu tinha ali, seria uma certeza de *apricar* e ver um retorno, *né?* Mas só que quando você faz isso, aí vem o tal do fiscal do banco fiscalizar se realmente aquele, aí quando você chega lá, aí eles dizem “Ah! nós não *empresta* dinheiro pra isso não”, *tendeu?* Isso é, deixa o cara muito revoltado com isso (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

#### 4.3.4. “A agroecologia é independência”

Como ficou exposto na visita pedagógica e na entrevista, Negão e a família cultivam uma grande variedade de alimentos, e para isso, desenvolvem uma grande variedade de compostos naturais, adubos, fertilizantes, etc. Além disso, estão sempre em busca de novas espécies de plantas para cultivar. Essas características demonstram como a forma de produzir

agroecológico permite a manutenção do modo de vida camponês, e além disso, o faz sem a necessidade de degradar o meio ambiente. Essa forma de produzir se contrapõe à do Império, que se dá por meio da exploração ecológica e socioeconômica descuidada, gerando a degradação da natureza, dos camponeses, dos alimentos e da cultura (PLOEG, 2009).

A agroecologia permite à família de Negão formas de resistência e construção da autonomia, além de contribuir também para a construção da plataforma da soberania alimentar a partir da sua articulação no movimento camponês a camponês em Sergipe. O modo de produzir e de viver da família acompanhada apresenta-se muito próximo de uma forma autônoma de vida, em que a organização do trabalho na produção, as ferramentas empregadas, os cultivos escolhidos, a disposição das plantações no terreno, as relações de respeito e companheirismo entre os integrantes da família, se assemelham ao máximo a como deve ser uma produção onde exista a soberania alimentar.

A proposta da soberania alimentar como uma nova forma de organização do campo não vai no sentido de um retorno às formas arcaicas de produção, sem uso das ferramentas e instrumentos existentes que otimizam o trabalho e maximizam a produção de alimentos por parte do campesinato. O objetivo, na verdade, é o de recapturar aspectos do conhecimento tradicional do campesinato e combiná-los com as novas tecnologias de maneira que proporcione o fortalecimento da produção camponesa e a sua autonomia (DESMARAIS, 2013). O projeto Camponês a Camponês é uma peça-chave na retomada das ferramentas e técnicas proporcionadas pelo modo de produzir agroecológico. Negão e sua família são participantes do projeto desde a sua implementação no território sul sergipano, sendo um dos grandes instigadores e incentivadores desse processo de intercâmbios entre os camponeses. Os impactos do Camponês a Camponês podem ser observados na vida da família.

[A rede CaC] abre um leque maior de discussão, de projeto, de discutir projeto, de discutir comercialização, porque é o contato em si. Assim, porque esse negócio de cac é bom que você *tá* olhando no olho do outro e você começa a montar seus projetos junto com o dele que vai começar a fazer parceria, de quem realmente estão produzindo, *tendeu?* Porque tem muita gente aproveitador nessa área da comercialização (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

Em relação aos adubos e fertilizantes, a própria família, como demonstrado na visita pedagógica, os produzem no lote através das composteiras, minhocário, esterco animal e toda a matéria orgânica disponível no lote, como folhas secas, galhos, frutas apodrecidas, cascas, etc. Dessa forma, não necessita comprar no mercado os adubos nitrogenados, fertilizantes químicos nem nenhum outro tipo de insumo para o solo. Isso permite que os cultivos sejam



desenvolvidos com autonomia, no sentido de não depender de nenhum produto externo da unidade de produção.

Pra usar no meu lote? Não, não, muito difícil [comprar insumos externo para a produção]. É difícil porque a gente produz nosso próprio adubo, né? Nós *tem* nossos bichos para a produção de adubo, *tem* o nosso minhocário, tem os nossos compostos, é bem difícil a gente comprar. Sim, mas isso é o quê [comprar ferramentas]? Passa dez, vinte anos para comprar uma enxada... Isso aí, essas coisas tem mais de 16 anos, 15-16 anos que a gente comprou uma enxada (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

O levantamento da produção e a sistematização das práticas agroecológicas desenvolvidas na unidade de produção acompanhada se aproximam da proposta de Ploeg (2009) de analisar o camponês não como sendo unicamente aquele que tem envolvimento com a agricultura, mas deve-se fazer uma análise que transponha esta visão, e estude as questões relacionadas à forma como o camponês está envolvido e como praticam a agricultura, pois “os camponeses, onde quer que vivam, relacionam-se com a natureza em formas que diferem radicalmente das relações implícitas noutros modos de fazer agricultura” (p. 37), como a da agricultura empresarial e a da capitalista. A família de Negão, através da agroecologia, se relaciona com a natureza de uma forma diferenciada, respeitando os seus ciclos, cobrando dela o que sabe que pode colher. Como Negão disse com muita sensibilidade, “a agroecologia é entender a natureza”.

Certamente, a família camponesa não poderia romper por completo suas relações de dominação e exploração perante ao Império, materializado no mercado de trocas, pois está inserido nas relações monetárias de comercialização, ou seja, precisa vender os alimentos que cultiva na sua unidade de produção para a manutenção da sua família. Por esta razão, a autonomia da família acompanhada é entendida como relativa (BATRA, 2015; SENHORINHA, 2006).

Através da agroecologia a relação com o Império se reduz consideravelmente em múltiplas dimensões, e para isso, são construídos pontes de diálogos com outros camponeses, criando assim uma rede de relacionamento em que o objetivo não é única e simplesmente comercializar, mas sim também permitir o fortalecimento dos elos diretos entre o campesinato e o consumidor final, a sociedade. Uma das conquistas da agroecologia é justamente proporcionar a descentralização do ciclo de produção, pois, a exemplo da unidade de produção de Negão e família, quem produz, processa e distribui os alimentos são os camponeses. Por isso, a importância da rede Camponês a Camponês na organização, sistematização e divulgação das práticas agroecológicas desenvolvidas pelo campesinato.

Negão denomina carinhosamente a sua produção agroecológica, remetendo ao que entende como consequência do seu trabalho: cuidar da natureza e produzir alimento.

Que nem eu coloco nomes nos meus bichos, coloco nome na minha roça também. Porque eu previ, eu fiz uma análise que daquela roça eu vou *tá* o tempo todo tirando coisas, e eu também o tempo todo eu *tô* fazendo o bem ao meio ambiente. Então daqui a 50 anos se você chegar aqui vai ter produção saudável, sem agrotóxico, sem danificar nada. Então acho que o nome correto da minha roça eu achei que era esse, *tendeu?* O nome é “Roça do Futuro”, porque deu pra ver as plantas que *tá* pequena e os pé de árvores que *tá* grandão lá em cima. Então aquilo vai ser uma lembrança dessa família que eu tenho, daqui a 100 anos, os netos e bisnetos (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

O nome “Roça do Futuro” já explica por si ao que se refere: a roça que no futuro a família poderá tirar seu sustento. A agroecologia é uma forma de produção lenta, por isso é preciso paciência do agricultor para colher os seus frutos. No entanto, são frutos garantidos e permanentes, pois é uma produção sustentável, em que os benefícios ambientais, como recuperação do solo, dos micro-organismos e da matéria orgânica são as garantias que num futuro a médio e longo prazo aquela terra continuará produtiva e será possível continuar alimentando a família e a sociedade.

O sistema que *tá* aí é só destruir. Ele, como diz a história, faz a pessoa de escrava. A agroecologia é independência (Negão, camponês, Assentamento Paulo Freire II).

## 5 CONCLUSÃO

Cada um deixa algum legado ao longo da vida, seja uma casa, filhos, teorias ou ideias. Ao longo da pesquisa, nas caminhadas no pedaço de terra conquistado com muito sacrifício e luta pela família, percebi qual a lembrança especial que um camponês agroecológico deixa: a sua floresta. Nas nossas conversas, Negão mostrou no fundo do lote uma parte onde há algumas jaqueiras e mangueiras muito grandes, que segundo relatos de um morador antigo da região, foram plantadas por uma família que possuía uma casa ao redor quando aquela área ainda era um latifúndio. Posteriormente, a casa foi derrubada e todo aquele terreno foi usado para pasto. Após algum tempo, ocorreu a ocupação pelo MST do latifúndio e o processo de reforma agrária aconteceu.

Parados embaixo daquelas árvores, Negão explicou que elas contam a história da vida de camponeses que viveram, plantaram e deixaram seu legado ali. Disse que em 50 anos, quando observarem a sua plantação, que já será uma floresta bem desenvolvida como aquelas jaqueiras e mangueiras, irão saber que naquele terreno viveu uma família, que cultivou e cuidou

de toda aquela vegetação. O seu legado será a floresta e a sua história de vida será contada por ela.

Acredito que as ferramentas e técnicas oferecidos pela agroecologia proporcionam a independência nas questões relacionadas aos materiais necessários para o cultivo, sendo estes obtidos da reprodução das florestas nas unidade de produção. Como ficou exposto na sistematização de campo, em que foram constatados uma grande variedade de espécies cultivadas, 109 ao total, a família camponesa constrói a agroecologia e desenvolvem uma relação de relativa autonomia nos mercados de produto, dinheiro e trabalho.

A autonomia camponesa não é um processo uniforme e automático. Através da construção da agroecologia é que o camponês envolve o conhecimento de diversas áreas, resiste à dura lida com a terra, onde a semente é plantada, e em cada inverno brota a esperança de bons frutos. Também resiste aos processos de dominação e subjugação do modo de produção predominante – o capitalismo – que através das suas articulações, cria relações com o camponês no intuito de subjugar-lo, coloca-o sob as suas ordens e maximiza, assim, a extração de riquezas das suas mãos. Por isso, frente ao capital, a agricultura camponesa precisa estar organizada, construindo e articulando lutas, se identificando enquanto grupo, como acontece com a rede agroecológica Camponês a Camponês. A agroecologia se apresenta como essa ferramenta possível de organização, construção e articulação da classe camponesa, renovando e reinventando as suas práticas. Dessa forma, reduz sua dependência com os produtos de origem externa a sua unidade produtiva, ou seja, do mercado, produzindo, assim, seus próprios insumos, técnicas e ferramentas.

Concluo dizendo que descrever a família de Negão é mais do que elencar as características de cada um. Respeito, transmissão de conhecimento e união são características de uma família, que são o que mais se observa entre eles. Negão é o pai da família, quem coordena a produção e organiza a venda, contudo, demonstra humildade perante aos filhos de uma maneira tal que quem observa rapidamente esta família não poderia distinguir quem é o pai e quem é filho. Dessa maneira, todos participam dos processos da construção da resistência através da agroecologia e da consequente autonomia camponesa.

## REFERÊNCIAS

- ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, n. 16, p. 22-32, 2012.
- ALVES, R. S. **Juventude camponesa entre a barbárie do capitalismo e a esperança socialista**. In: Caderno de estudos Nº1 I Congresso Nacional do MPA. Org: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). 2012.
- Assessoria Técnica Social e Ambiental das Áreas de Reforma Agrária (ATES). **Práticas agroecológicas do Território Sul Sergipano**, 2013.
- BARTRA, A. V. **As classe agrárias e o estatuto da produção camponesa**. Coletânea nº 21- Economia Política do campesinato: Escola Nacional Florestan Fernandes (Org). Abril, São Paulo, 2015.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATER-IIICA, 2004.
- CARNEIRO, F. F.; AUGUSTO, L. G. S.; RIGOTTO, R. M.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C.; **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. EPSJV/Expressão Popular, 2015.
- CHAYANOV, A. V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas**. In: Horácio Martins de Carvalho (org). Chayanov e o campesinato- 1.ed.-São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- DESMARAIS, A. A. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Tradução Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 1 ed. São Paulo. Cultura Acadêmica. Expressão Popular, 2013.
- Escola Nacional da Formação Político-Sindical da CONTAG - ENFOC: **Almanaque ENFOC, um fazer de muitas mãos**/ Organizadores: Alexandre Ribeiro Botelho Merrem, Célia Hissae Watanabe, Raimunda de Oliveira Silva – Brasília: Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, p. 72, 2011.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. Ed.- Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS editora, 2001.
- HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**-14ª edição- Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- LA VIA CAMPESINA. **Apresenta informações sobre como está organizado o movimento mundialmente**. Disponível em <<http://viacampesina.org/es/index.php/organizaciainmenu-44>> Acesso em: 08 dezembro. 2015.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: vozes, v. 1986, 1981.

MINIAURÉLIO SÉCULO XXI. O minidicionário da língua portuguesa/Aurélio Buarque de Holanda Ferreira; ver. ampliada. **Rio de Janeiro: Nova Fronteira**, 2000.

PLOEG, J. D. V. **10 qualidades da agricultura**. In: Caderno de debates Agriculturas experiências em agroecologia. n. 1, Fevereiro, 2014.

\_\_\_\_\_. **Camponeses e impérios alimentares lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. UFRGS editora, 2008.

\_\_\_\_\_. O modo de produção camponês revisitado. **A diversidade da agricultura familiar**, p. 13-54, 2006.

\_\_\_\_\_. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revistas Agriculturas: Experiências em Agroecologia**, 2009.

RABANAL, J. E. M. **Campesinato, território e assentamentos de reforma agrária: tecendo redes de conhecimento agroecológico**. 2015.

SENHORINHA, C. S. C. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestadas pelos movimentos sociais. In: **Lutas & resistências**. Londrina, v. 1, p. 146-162, set, 2006.

SILVEIRA, 2018. Mapa do Assentamento Paulo Freire II. [mapa] Base de dados: Imagens Google, 2016. Base cartográfica: Atlas Digital - SRH, 2015.

SIQUEIRA, E. R.; COSTA-ALVES, A.L.; SILVA, M. A. S.; TAVARES, E. D.; OLIVEIRA, T. C.; ARAGÃO, A. G. **Diagnóstico para geração e transferência, em ecologia de tecnologias, produtos e serviços**. In: SIQUEIRA, E.R; SILVA, M.A.S; ARAGÃO, A.G. Território Rural Centro Sul de Sergipe. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2010.

SIQUEIRA, E. R. **Estratégias para inovação agroecológica em território de identidade rural nos Tabuleiros Costeiros do Nordeste do Brasil**. Projeto submetido a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), 2014.

SOSA, B, M.; JAIME, A, M, R.; LOZANO, D, R, A.; ROSSET, P, M. Revolução agroecológica: o Movimento de camponês a camponês da ANAP em Cuba. **São Paulo: Outras Expressões**, 2012.

SOUZA, F. A. **Aprendizado agroecológico na reforma agrária em Sergipe: práticas camponesas e interlocução com a ATER no assentamento Paulo Freire II**. 2014.

## ANEXO 1

### Entrevista Semiestruturada

- 1- Mercado de venda e compra
  - A) A produção do lote é suficiente para abastecer as necessidades da família?
  - B) Como é definido os preços da sua mercadoria?
  - C) O que você compra no mercado para o seu consumo e para a produção?
  - D) Quais materiais ou produtos existe no lote que é utilizado na produção?
- 2- Mercado de crédito
  - A) Para você, qual a importância do crédito fornecido pelos bancos?
  - B) A família já fez empréstimos em banco? Por quê?
  - C) Qual seria a situação em que utilizaria o crédito?
- 3- Mercado de trabalho
  - A) Alguém da família trabalha ou já trabalhou fora do lote?
  - B) Qual seria o motivo para alguém da família trabalhar fora do lote?
  - C) Como era o trabalho antes da conquista da terra?
- 4- Agroecologia
  - A) Como você entende a agroecologia?
  - B) Observando as produções convencionais, a agroecologia permite a família ter uma forma de produção diferenciada?
  - C) A agroecologia permite a família ser mais independente ao mercado?
  - D) Qual a importância da rede camponês a camponês?
  - E) Se a produção de vocês fosse convencional, o que mudaria na vida de vocês?